



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Homofobia no contexto escolar: desafios na construção de uma cultura de paz

Ângela Márcia Ramos

Brasília
Dezembro de 2013



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

ÂNGELA MÁRCIA RAMOS

Homofobia no contexto escolar: desafios na construção de uma cultura de paz

Monografia apresentada à Faculdade de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão do curso de Psicologia.
Professora-orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília
Dezembro de 2013



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Folha de Avaliação

Autora: Ângela Márcia Ramos

Título: Homofobia no contexto escolar: desafios para a construção de uma cultura de paz

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira
Professora-Orientadora

Prof^ª. Dra. Tatiana Lionço

Prof. Dr. José Bizerril Neto

Brasília
Dezembro de 2013

Dedico esta produção ao meu amigo “Naldim” que “desapareceu” em Belo Horizonte em 21/08/2007, e a todos os “Naldinhos”, vítimas diárias da homofobia.

Agradecimentos

A produção desta pesquisa como qualquer trabalho acadêmico foi algo que demandou dedicação e esforço e dessa forma “um certo isolamento social”. Neste sentido, quero agradecer a compreensão de todos/as os familiares e amigos/as que souberam compreender as minhas “ausências” e que acreditaram nesse meu propósito. Gostaria de agradecer especialmente:

Ao meu companheiro que sempre acreditou na minha capacidade, e que por diversas vezes reitera “que reconhece o meu esforço e que não tem dúvidas de que serei uma profissional competente”. Obrigada Lu!

Ao meu pai que me ensinou a ver a vida com os olhos do coração e a valorizar e acreditar no ser humano. Sei que mesmo não estando mais fisicamente entre nós, o senhor deve estar muito feliz por mais esta minha conquista. Obrigada pai, por sempre ter compartilhado comigo a crença de que “os sonhos não envelhecem”.

Aos meus filhos: Luís Gustavo e Ana Júlia pelas vezes que deixei de fazer companhia a vocês para dedicar-me a este trabalho. Obrigada pela compreensão!

A minha amiga Carolina Leite (a Carolzinha, apelido carinhoso que lhe dei no primeiro semestre). Obrigada pela amizade, carinho e generosidade, prova viva, que as diferenças são altamente positivas. As diferenças etárias, de nenhuma forma trouxe prejuízo à nossa relação, pois fomos reunidas pelo afeto sincero.

A todos/as que de alguma maneira contribuíram para o êxito deste trabalho:

A diretora da escola que autorizou a realização da pesquisa naquela instituição.

Aos participantes da pesquisa, alunos/as e professores/as.

Aos funcionários que gentilmente me receberam na instituição.

Aos meus futuros/as colegas de profissão que também participaram para que este trabalho se consolidasse. Obrigada pelo profissionalismo e a generosidade de todos/as vocês!

Enfim, à professora e orientadora Ana Flávia, pela paciência e generosidade em dividir seus conhecimentos e, sobretudo, por me acolher nos meus momentos de fragilidade emocional, me incentivando a seguir em frente. Não tenha dúvidas de que você é uma daquelas pessoas que marcam de forma muito positiva nossa trajetória educacional. Obrigada Professora!

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É *o tempo da travessia*: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado para sempre à margem de nós mesmos”.

(Fernando Pessoa)

Sumário

Introdução	1
1. Diversidade e Sexualidade sob a Perspectiva da Psicologia Cultural	7
1.1 A construção social e cultural da sexualidade humana	8
2. O Tornar-se Homem e Mulher na Sociedade Brasileira	15
2.1 A invenção da homossexualidade	19
3. Homofobia na Escola: A (Re) produção da Sexualidade “Normal” e do Sofrimento Psíquico	25
4. Metodologia	32
4.1 Participantes	34
4.2 Materiais e instrumentos	34
4.3 Procedimentos de construção de informações	35
4.4 Procedimentos de análise	36
5. Resultados e Discussão	38
5.1 Concepções e crenças de professores/as e alunos/as sobre as questões de gênero e sexualidade	38
5.2 A escola como palco de preconceito e discriminação contra a população LGBT	43
5.3 O Sofrimento Psíquico e as Estratégias de Enfrentamento Utilizadas pelas Pessoas Vítimas da Homofobia	51
Considerações Finais	59
Referências	62
ANEXOS	66
Anexo 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Referente às entrevistas com professores do Ensino Médio	677
Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Referente aos questionários que serão respondidos pelos professores do Ensino Médio	69
Anexo 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Referente aos questionários que serão respondidos pelos alunos/as do Ensino Médio	71
Anexo 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Referente às entrevistas com psicólogos/as clínicos/as	73
Anexo 5: Roteiro de Entrevista referente às entrevistas com professores do Ensino Médio	75
Anexo 6: Questionário para a coleta de dados sociodemográficos, seguido de questionário sobre concepções e crenças de professores/as em relação às questões de gênero e sexualidade	76
Anexo 7: Questionário para estudantes de Ensino Médio	79
Anexo 8: Roteiro de Entrevista referente a entrevista com Psicólogos/as Clínicos/as	82
Anexo 9: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	83
Anexo 10: Resultados dos questionários dos estudantes	85
Anexo 11: Resultado dos questionários dos/as professores/as	93

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as crenças e concepções de alunos/as e professores/as do Ensino Médio sobre a diversidade sexual e de gênero na escola, no intuito de analisar como as práticas educativas têm se posicionado frente a estas questões. Quanto à metodologia, foram realizadas: (a) 3 entrevistas individuais semiestruturadas com professores do Ensino Médio que permitiram analisar as crenças e concepções destes participantes em relação à diversidade sexual e de gênero no contexto escolar; (b) 3 entrevistas individuais semiestruturadas com psicólogos clínicos na perspectiva de conhecer o possível sofrimento enfrentado pelo público alvo de práticas homofóbicas e suas estratégias de enfrentamento frente a essas práticas, e (c) foram aplicados 31 questionários com os/as alunos/as de uma turma do terceiro ano do Ensino Médio e com os/as seus/suas respectivos/as professores/as. A utilização de questionários teve como objetivo construir uma visão panorâmica sobre as concepções e crenças desses participantes acerca da diversidade sexual e de gênero no espaço escolar, na perspectiva de conhecer seus possíveis desdobramentos e implicações práticas na vida das pessoas que são alvo da homofobia nesse contexto. Os resultados indicaram que embora já exista um certo respeito pela diversidade sexual humana no espaço escolar, este ainda, apresenta-se como palco de graves tensões e violência contra homossexuais. Neste ambiente ainda é frequente o preconceito e práticas discriminatórias como ofensas, ameaças e segregação, que se configuram como uma grave violação aos direitos e à própria dignidade humana.

Palavras-chave: crenças; concepções; gênero; sexualidade; preconceito; discriminação.

Introdução

O termo homofobia, segundo Barcellos e Merhi (2010), foi criado em 1972 pelo psicólogo George Weinberg (homo= mesmo; fobia= medo), para caracterizar a aversão, o ódio e a discriminação contra homossexuais. “Em termos gerais, a homofobia reside no mesmo campo em que estão alojados o racismo e outros tipos de preconceito (crimes de ódio), e tem origem na discriminação daquele que é, ou se porta de modo diferente” (p. 48).

Ainda segundo as autoras, com base em dados de uma pesquisa realizada em 2009 pelo Grupo Gay da Bahia, fundado pelo antropólogo Luiz Mott, 68% das pessoas que integram o grupo (LGBT) já sofreram preconceito. Portanto, o interesse em se abordar o tema apresentado, se deu sobretudo, em virtude das transgressões dos direitos fundamentais da pessoa humana garantidos pela Constituição Cidadã de 1988 (1988) em seu artigo 5º, inciso X que afirma: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Nesse sentido, a pesquisa busca desestabilizar antigas certezas trazidas, por exemplo, pelo modelo biomédico tradicional, que têm servido de justificativa para desqualificar e patologizar as pessoas que não expressam ou compartilham de práticas heterossexuais. Nossa proposta neste estudo é trazer para a discussão a dimensão social e histórica que se inscreve sobre a sexualidade não podendo esta ser analisada apenas como uma escolha pessoal do sujeito.

Segundo Amaral (2010), o preconceito contra os homossexuais em nosso país é mais frequente e mais presente do que imaginamos:

É bem verdade que discriminar, no Brasil, em função da orientação sexual ainda não é um ato passível de punição. Discrimina-se livremente por meio de ações que vão desde o não reconhecimento de direitos a homossexuais até ofender verbal e

fisicamente, ou matar alguém pelo simples fato de não ser heterossexual. Morre-se ainda por isso. Mas, em não havendo punição, garante-se ao Brasil o primeiro lugar no ranking macabro dos países onde mais homossexuais são mortos em decorrência de sua orientação sexual. Atrás do Brasil vem o México, mas muito distante. Somos líderes isolados quando assunto é discriminar a ponto de matar (p. 32).

De acordo com Reis (2010), com base nos registros da mais antiga ONG defensora dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil – GGB (Grupo Gay da Bahia): “Entre 1980 e 2010, 3.196 homossexuais foram assassinados no país, sendo 67% gays, 30% travestis e transexuais e 3% lésbicas. Somente em 2009, foram registrados 198 assassinatos, em média, um a cada dois dias” (p. 37).

Segundo essa mesma fonte, uma pessoa é assassinada a cada três dias no Brasil em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Cabe lembrar que não há uma estatística oficial, uma vez que a violência homofóbica não tem registro específico nos boletins de ocorrência e laudos expedidos pelo IML dos Estados. Portanto, estes números podem estar aquém dos casos reais de homicídios, uma vez que foram fundamentados em notícias divulgadas pela imprensa.

Reis (2010), baseado em dados do Terceiro Relatório Nacional sobre Direitos Humanos (2002-2005), elaborado a partir de informações coletadas pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos junto a organizações governamentais e não governamentais nacionais e estrangeiras aponta que:

O número de homossexuais assassinados no país passou de 126 em 2002, para 125 em 2003, e 157 em 2004. Este número recuou significativamente para 78, em 2005, mas

de fato ainda há muitos Estados que não dispõem de informações consistentes sobre assassinatos de homossexuais (p. 37).

Outros dados que chamam a atenção advém de pesquisas realizadas pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), nas Paradas LGBT no Rio de Janeiro de 2004, São Paulo de 2005 e Pernambuco de 2006, onde 56% dos entrevistados disseram já ter sofrido agressão verbal, 19% agressão física e 69% discriminação. Travestis e transexuais apareceram como os que mais sofreram violência física 72%, seguindo-se gays 22% e lésbicas 9%. Sobre discriminação no ambiente familiar, os dados apontam 32% dos gays, 32% das lésbicas e 26% das transexuais.

Diante dessa lamentável realidade, é preciso pensar uma prática educativa que esteja comprometida com o respeito à diversidade e à inclusão social. Uma prática educativa que reconheça os direitos das pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, bissexuais e transsexuais). A educação se dá no plano de políticas públicas como as que já estão contempladas no Programa Brasil Sem Homofobia¹, no Plano Nacional LGBT e no Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (Secretaria de Direitos Humanos, 2011), que são medidas concretas voltadas para a promoção dos direitos humanos da população LGBT.

Ainda há muito que se conquistar nesse sentido, apesar dos atrasos que se verificam no âmbito do poder Legislativo e das atitudes preconceituosas que permeiam o senso comum. Nossa expectativa ao realizar este trabalho é que o mesmo colabore com a urgente necessidade de políticas públicas que garantam o exercício pleno dos direitos humanos das pessoas com identidades sexuais não-hegemônicas.

¹ *Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual* (2004). Programa elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação em parceria com a Sociedade Civil Organizada e lançado pelo Governo Federal em 25 de maio de 2004.

Portanto, nosso compromisso ético enquanto futuros/as profissionais da Psicologia é garantir que o exercício da nossa prática profissional esteja pautado no combate à discriminação por orientação sexual e, sobretudo, no reconhecimento de que a homossexualidade não é doença e nem envolve as noções de desvio e anormalidade. Independentemente da orientação sexual, homens e mulheres devem ter seus direitos assegurados, uma vez que de acordo com Motta (2010), “não é a orientação sexual que faz do homem alguém decente e de uma mulher um ser humano respeitável”(p. 30). Não ser heterossexual é um direito de todos.

Ao levantar estes questionamentos, considero que a escola, representada principalmente por aqueles/as que ali trabalham, não pode se omitir em relação a estas questões. Esta, enquanto instituição social e histórica, precisa ser repensada. Aliás, esse é seu grande desafio. Ela não pode se furtar a questões dessa natureza e nem tampouco continuar a reproduzir ideias dominantes que, direta ou indiretamente, alimentam o preconceito e as práticas homofóbicas.

Sempre que paramos para repensar a escola enquanto instituição social dependendo do lugar de onde falamos, nossa narrativa sempre assume um viés totalmente comprometido com os valores com os quais nos alinhamos. É nesse sentido que se ancoram minhas preocupações. Até que ponto a escola tem colaborado para perpetuar crenças e valores que corroboram com práticas sexistas e homofóbicas? Até onde ela, através daqueles/as que a constitui, tem conseguido lidar com as questões de gênero e sexualidade de maneira a trazer para discussões interdisciplinares conteúdos importantes que promovam o respeito à diversidade sexual e aos direitos humanos? A quem a prática educativa tem servido?

Nesse sentido, pensar a escola em sua dimensão social, é primeiramente acreditar que a sociedade pode mudar não apenas a partir dessa instituição, mas também dela. É acreditar que esta, enquanto espaço de trocas interpessoais e de reflexão, não pode ser desconsiderada

enquanto uma possibilidade que contribui para a formação científica e, sobretudo, humanizadora dos indivíduos. Portanto, cabe a ela se colocar como espaço aberto de diálogo, procurando construir uma outra mentalidade em que seja possível o respeito à pluralidade, bem típica da diversidade humana. É fundamental construir espaços dialógicos nas escolas que permitam reconhecer a legitimidade das relações homoafetivas e a perversa negação do direito de expressá-la.

Portanto, a escolha do tema homofobia no contexto escolar não se deu de forma neutra ou aleatória, tendo em vista que atuei por dezoito anos neste contexto como professora da Educação Infantil e da disciplina de História e Ética no Ensino Fundamental I e no Ensino Médio em escolas públicas e particulares no Estado de Minas Gerais. Durante minha prática educativa, tive a oportunidade de conviver com alunos/as e colegas que tinham uma orientação sexual diferente da matriz heterossexual e que, provavelmente, por medo de serem rejeitados ou terem sua intimidade violada, muitos deles/as “preferiam” não assumi-la.

Neste contexto, era muito comum ouvir, dos profissionais que ali atuavam, discussões que legitimavam o discurso sexista e homofóbico que naturalmente servia de ferramenta desencorajadora àqueles/as que porventura desejassem assumir uma identidade sexual não hegemônica.

Partindo destas reflexões e de atitudes que corriqueiramente puderam ser observadas neste espaço que reforçam os processos de normatização e os valores de uma sociedade hegemônica, é que realizei esta pesquisa, no sentido de provocar reflexões que promovam o respeito aos grupos LGBT e ao direito destes em expressar publicamente seus sentimentos e emoções, livre do risco de serem ofendidos, ameaçados, constrangidos ou até mesmo mortos por isso.

Estudar esse tema a partir da escola, pode ser uma maneira de contribuir para o esclarecimento em relação à complexidade da sexualidade humana, o respeito às diferenças e,

sobretudo, para construção de uma cultura de paz. Os números trazidos pelas estatísticas apresentadas são assustadores e nos mobilizam a propor como educadores um espaço escolar onde haja, no mínimo, relações mais éticas e cordiais entre os que ali convivem.

Um outro aspecto importante dessa pesquisa, é a possibilidade de conhecer por meio do relato dos profissionais da psicologia clínica, como o sofrimento psíquico tem comparecido nos consultórios, e quais as estratégias de enfrentamento têm sido utilizadas pelos clientes, vítimas de preconceito e práticas homofóbicas.

Nesse sentido, são apresentados, a seguir, os objetivos da pesquisa.

Objetivo geral:

- Analisar as concepções e crenças de alunos e professores do Ensino Médio, sobre as questões de gênero, sexualidade e diversidade.

Objetivos específicos:

- Identificar a maneira com que a escola tem lidado com as questões de gênero e sexualidade.

- Analisar se a escola, por meio de discursos dos profissionais da educação (professores/as), tem colaborado ou não, para perpetuar crenças e valores que corroboram com práticas sexistas e homofóbicas.

- Identificar a partir do discurso dos participantes, práticas discriminatórias que possam estar ocorrendo no âmbito escolar que trazem sofrimento psíquico para os implicados.

- Analisar como o sofrimento psíquico tem comparecido na clínica psicológica, e quais as estratégias de enfrentamento têm sido utilizadas pelos clientes vítimas de preconceito e práticas homofóbicas.

1. Diversidade e Sexualidade sob a Perspectiva da Psicologia Cultural

Proponho, nesta pesquisa, pensar a sexualidade e a diversidade humana, tendo como referencial teórico a perspectiva da Psicologia Cultural que, em linhas gerais, de acordo com Madureira (2007), “é uma síntese criativa da Psicologia Histórico-cultural de Vygotsky e do construtivismo Piagetiano” (p. 20).

Segundo Branco e Oliveira (2012), essa abordagem traz como principais especificidades:

- Pressupor um sujeito ativo capaz e considerar o caráter bidirecional das ações humanas ocorridas em contextos sociais concretos, em que sujeito e contexto se constituem e transformam mutuamente;
- a centralidade da história e da cultura que ressalta a capacidade deste ser humano de constituir-se como agente de seu próprio desenvolvimento;
- a visão semiótica da relação sujeito-contexto, o que implica considerar, em breves palavras, que o meio social não preexiste à ação humana, mas se constitui como tal, mediante a co-construção permanente de significados que se realiza através das interações e relacionamentos sociais (p. 12).

A escolha desta proposta teórica deu-se em razão dos seus pressupostos epistemológicos contribuírem no sentido de desconstruir perspectivas essencialistas sobre gênero e sexualidade, que frequentemente legitimam concepções preconceituosas e práticas discriminatórias em relação à diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, na perspectiva essencialista, de acordo com Silva (2000, citado por Marinho, 2009), “há uma certa tendência a caracterizar aspectos da vida social como tendo uma essência ou núcleo – natural ou cultural – fixo, imutável” (p. 87).

Para as correntes sociogenéticas, o conceito de cultura ocupa um papel preponderante para se compreender o desenvolvimento humano. Cultura neste referencial teórico não é uma variável externa que influencia as ações, pensamentos e emoções individuais. Segundo Rogoff (2003, citado por Madureira, 2007), “a cultura, não influencia o desenvolvimento humano: a cultura constitui o sujeito psicológico, marca de forma profunda o seu desenvolvimento, conferindo-lhe o seu caráter humano” (p. 28). De maneira geral, tal perspectiva traz como pressuposto importante, a visão de um sujeito ativo, contextualizado, inscrito em uma temporalidade, e o estudo dos significados culturais que mediam as relações desse sujeito com seu mundo social.

Portanto, acredito ser a Psicologia Cultural o aporte teórico mais favorável para analisar o nosso campo de investigação: a escola, vinculada à história que a constituiu. Nesse sentido, nosso olhar e nossa ação deverão se inscrever no propósito de buscar compreender como estão sendo desenvolvidas as práticas educativas em relação às questões de gênero e sexualidade no contexto escolar, mas, sobretudo, na perspectiva de analisarmos as implicações no plano das interações sociais e principalmente, no plano subjetivo das pessoas que sofrem preconceito e discriminação.

1.1 A construção social e cultural da sexualidade humana

Embora já exista um grande número de estudos no contexto das ciências humanas que tem demonstrado o quanto a sexualidade é multifacetada, a homossexualidade ainda tem sido alvo de inúmeras críticas e questionamentos feitos, em sua maioria por aqueles/as que a consideram um desvio de conduta ou um transtorno patológico. Estes/as não concebem outra forma de se relacionar amorosamente senão pelas vias da heterossexualidade. Para estas

pessoas, conforme destaca Louro (2000), “a sexualidade seria algo dado pela natureza, inerente ao ser humano.” (p. 11).

Entretanto, como afirma Foucault (1988), a sexualidade é um “dispositivo histórico”. Uma invenção social. Não há nada de exclusivamente “natural” nesse terreno como também é destacado por Louro (2000). É através de processos culturais que nos fazemos homens ou mulheres e aprendemos a experienciar as diversas possibilidades de prazeres e desejos corporais.

A suposição de que todos/as deveríamos viver a nossa sexualidade a depender do sexo biológico, ou seja, a pessoa nasceu com o sexo masculino, naturalmente irá se relacionar amorosamente com uma mulher e vice versa, é sempre algo anunciado ou imposto através dos múltiplos discursos que servem às redes de poder como, por exemplo, (família, escolas, mídias, igrejas), que compõe a sociedade.

Há todo um investimento destas instituições no sentido de regular, normatizar, produzir, disciplinar e vigiar as sexualidades. Ao demarcar os contornos das fronteiras entre aqueles/as que representam as normas e estão em consonância com os padrões culturais, e “os outros”, os que estão fora dela, estes passam a ser classificados e rotulados como desviantes da norma, sendo, portanto, considerados/as transgressores/as, anormais. É nesse sentido que a homossexualidade se constitui como um delito, Louro (2000), “pois esta não cabe nos padrões culturais de uma sociedade que tem como parâmetro histórico, o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão” (p. 15). Há toda uma ideologia normatizadora operando como um mecanismo de estruturas simbólicas que valida e reconhece comportamentos socialmente tidos como aceitáveis, ao mesmo tempo que legitima e reforça o preconceito e a discriminação em relação àqueles/as que se comportam diferente da ordem estabelecida culturalmente.

De acordo com a autora, embora esse mecanismo, muitas vezes, compareça sutilmente nos discursos sexistas e homofóbicos que procuram naturalizar as questões de gênero, ao mesmo tempo, essa mesma disciplina tem se transformado nos dias atuais numa estratégia violenta de devolver aqueles/as que rompem com a “lógica” heteronormativa, a seus supostos lugares originários.

Nessa perspectiva, instituições como, por exemplo, a família, a escola, a igreja e os movimentos conservadores da sociedade apoiados em premissas morais e religiosas têm funcionado como um dispositivo de controle e vigilância sobre as sexualidades e sobre aqueles/as que não se conformam ao “sistema de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada” (Salih, 2002, citado por Louro, 2008).

Foucault (1987), analisa esse aspecto em sua obra, *Vigiar e punir*, no Capítulo II que retrata os recursos para o bom adestramento:

A disciplina “fabrica” indivíduos: ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumento do seu exercício. Não é um poder triunfante (...); é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos de Estado (p. 153).

É nesse sentido que a escola, como uma instituição social que, muitas vezes, serve aos valores hegemônicos da sociedade, pode estar contribuindo para o processo de “fabricação” de sujeitos através de discursos e “práticas rotineiras e comuns”², como é destacado por Louro (2011), que são naturalmente internalizadas e que contribuem para perpetuar o sexismo e a homofobia no contexto escolar. Segundo a autora, “temos de estar atentos/as,

²Para uma análise mais aprofundada sobre a fabricação das diferenças, consultar a obra *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. (Louro, 2011).

sobretudo, para com nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui” (p. 68). É necessário reconhecer que a escola “não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” (p. 84).

Dessa forma, para que haja uma educação voltada à valorização da diversidade, é necessário que as relações de gênero sejam problematizadas de forma mais complexa, na perspectiva de romper com a ideia de um binarismo rígido que tem concorrido unicamente para expressar e reforçar ainda mais as relações de poder e fixar essas diferenças.

Para ilustrar essas questões na contemporaneidade, podemos citar as amplas discussões que tem ocorrido na mídia escrita e falada acerca do posicionamento anacrônico e preconceituoso do pastor evangélico e deputado Marcos Feliciano (PSC-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que propõem a “cura Gay” e que tem provocado inúmeros posicionamentos e reflexões da sociedade civil sobre o tema homossexualidade e homofobia³.

De acordo com a edição especial da revista *Época* (2013, julho), com o pretexto de “dar liberdade a psicólogos que queiram dar assistência terapêutica a homossexuais” (pp. 9-10), Feliciano unido a outros integrantes da bancada evangélica, aproveitando-se da distração de grande parte da sociedade que concentrou suas atenções nas manifestações de rua que

³Como, por exemplo, a participação do deputado federal Jean Wyllys (PSOL – RJ) e o jogador de vôlei Michael dos Santos e outros representantes do Movimento (LGBT) no programa Encontro com a Fátima Bernardes (Globo) no dia 21/03/2013 para debaterem o tema “Como você lidaria se descobrisse que tem um filho homossexual? A revelação da cantora Daniela Mercury às Revistas Veja e *Época* e nas redes sociais que está vivendo uma união homoafetiva. O debate na TV Brasil no programa “Repórter Brasil” com a psicóloga e conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP), na época, Cynthia Ciarallo e a psicóloga cristã Marisa Lobo no dia 07/05/2013 quando discutiram a proposta que autoriza psicólogos à conduzirem terapias para mudar a orientação sexual de pacientes.

Cabe mencionar que Projeto de Decreto Lei 234/2011, conhecido popularmente como Cura Gay, encontra-se atualmente arquivado na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – MESA. Tal projeto foi arquivado em 02 de julho de 2013, nos termos do artigo 104 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (retirado pelo autor), conforme encontra-se descrito: “Art. 104. A retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo Autor ao Presidente da Câmara, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário.”

aconteceram em todo país⁴ passou pela comissão, e aprovou, uma proposta de decreto legislativo de autoria do deputado João Campos (PSDB – GO), conhecido como “cura gay”. Desta forma, o projeto suspende dois trechos de uma resolução de 1999 do Conselho Federal de Psicologia que proíbe que psicólogos colaborem com serviços que proponham a tratar homossexuais e o outro que impede que os profissionais da área, tratem a homossexualidade como se fosse doença ou uma desordem psíquica.

No Brasil, em 1985 o Conselho Federal de Psicologia (CFP), deixou de considerar a homossexualidade um desvio sexual e desde 1999 proibiu que seus profissionais ofereçam a “cura” da homossexualidade, já que não se trata de doença. De acordo com a Resolução do CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999 (1999), em seu parágrafo único: “Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham o tratamento e a cura das homossexualidades”. “Considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”. Portanto, nenhum/a psicólogo/a pode exercer “ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”.

Esta medida do Conselho Federal de Psicologia (CFP), assim como algumas ações políticas que já foram apresentadas neste trabalho, é o reconhecimento dos agravos decorrentes do estigma e da exclusão social a que estão expostos a população (LGBT), e que lhes imputam sofrimento. Em razão disso, muitas dessas pessoas se reconhecem e se sentem indesejadas e, muitas vezes, não contam com recursos emocionais e psíquicos para lidarem com estas questões.

Dessa maneira, se torna imprescindível constatar que a homofobia afeta o bem estar subjetivo e vulnerabiliza física e psicologicamente aqueles/as que são vítimas dessa forma de

⁴Protestos ocorreram em todo o Brasil pelo descontentamento da população com os excessivos gastos que foram empreendidos nos estádios de futebol para a Copa do Mundo que acontecerá aqui no Brasil em 2014. Esse movimento tomou grandes proporções, levando outros segmentos da sociedade como por exemplo, o grupo (LGBT) a manifestar sua indignação frente ao desrespeito em que são habitualmente tratados, e à conquista de seus direitos enquanto cidadãos.

discriminação. Por se sentirem emocionalmente fragilizados, por se reconhecerem como indesejados e por não atenderem às expectativas, principalmente da família, muitos desses/as adolescentes “preferem” por fim à própria vida, como é destacado Junqueira (2009, p. 26):

É preciso lembrar que importantes estudos realizados em diversos países europeus e na América do Norte mostram que a incidência do risco de suicídio entre adolescentes é extremamente maior entre homossexuais (em função da homofobia e não em virtude de uma implausível associação naturalizante entre homossexualidade e comportamento suicida). Nos EUA, 62,5% dos adolescentes que tentam suicídio são homossexuais. Ali e no Canadá, pessoas entre 15 e 34 anos homossexuais têm de 4 a 7 vezes mais riscos de se suicidarem do que seus coetâneos heterossexuais. Este risco é acrescido de 40% no caso das jovens lésbicas (BAGLEY E RAMSEY, 1997). Na França, onde o suicídio é a segunda causa de mortes entre pessoas de 15 a 34 anos, as possibilidades de um homossexual terminar com sua vida é 13 vezes maior do que as de um seu coetâneo heterossexual de mesma condição social. De cada três indivíduos que cometem uma tentativa de suicídio, um é homossexual (*Libération*, 07/03/2005). Ali, já tentaram suicídio pelo menos uma vez 27% dos jovens menores de 20 anos que se declaram homossexuais. Esta cifra estabiliza-se em torno dos (de todo modo altos) 15% entre homossexuais com mais de 35 anos. Todas elas, porém, sofrem um incremento nos casos em que se verifica rejeição familiar e, ainda mais, naqueles em que o/a jovem tenha sido vítima de agressão homofóbica (VERDIER e FIRDION, 2003). Afasta-se, assim, todo vínculo causal entre homossexualidade e comportamento suicida: ao contrário, o que se observa é o impacto da homofobia na definição dos índices de suicídios (MILLER, 1992).

Este é um fato que não pode ser negligenciado e que precisa ser amplamente problematizado, uma vez que a mídia tem retratado com muita frequência a escola como um palco preocupante de violência contra jovens e adultos LGBT.

Cabe destacar que o Programa Brasil sem Homofobia (2004) “tem demonstrado que os ambientes escolares têm sido um espaço de constantes discriminação contra homossexuais pelo simples fato destes demonstrarem ou manifestarem publicamente sua orientação sexual” (Ministério da Saúde, 2004, pp. 16-17). Neste ambiente, é comum entre outros tipos de violência, o posicionamento tácito por parte de professores e alunos, de que não gostariam de ter um aluno/a ou colega homossexual. Portanto, o grande desafio trazido pelo Programa Federal, Brasil sem Homofobia (2004, p.1), “é promover e incentivar a não violência e o combate a discriminação homofóbica”.

2. O Tornar-se Homem e Mulher na Sociedade Brasileira

A tendência de engessamento predominante do discurso hegemônico normalmente ancorado em premissas religiosas dominantes, é que o homem nasceu para a mulher e vice-versa. O que foge a esse padrão é considerado feio, sujo e, sobretudo, pecaminoso, uma vez que não é algo natural. Afinal, de acordo com essa visão, o certo é um homem casar com uma mulher.

Dessa maneira, desde muito cedo, as crianças se apropriam de práticas binárias rígidas que sutilmente demarcam seus lugares de acordo com as expectativas sociais. Por exemplo: o natural é que meninas usem rosa e meninos azul. Que as meninas sejam mais comportadas e os meninos mais arrojados, mais competitivos. Em situações que não correspondam a tais expectativas sociais, Louro (2011), apresenta o seguinte posicionamento:

(...) quando encontramos meninos que preferem atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos “preocupar” pois isso é indicador de que esses/as alunos/as estão apresentando “desvios de comportamento (p. 68).

Portanto, temos de estar atentos/as sobretudo no âmbito escolar, aos questionamentos que essas distorções produzem, e aos desdobramentos que normalmente conduzem à patologização dos sujeitos e a práticas discriminatórias, sobretudo, em relação àqueles/as que constroem outras formas de expressar sua sexualidade. Nesse sentido, é muito comum que essas pessoas sejam alvo de gozações, insultos e desprezo por vivenciarem uma identidade desviante, que foge à lógica hegemônica que diz o que é apropriado ou não para determinado gênero.

Para compreender o processo de construção identitária relativo às questões de gênero e sexualidade no contexto da sociedade brasileira, é necessário que essa análise se dê pelo estudo dos significados culturais associados à masculinidade e à feminilidade e, sobretudo, à forma como socialmente é esperada que cada um desses grupos vivencie a sua sexualidade.

Louro (2008), em seu texto *Viajantes pós-modernos*, faz uma analogia, em que recorre à ideia de viagem para construir sua argumentação a respeito da construção social do que é tornar-se homem ou mulher. “Com a declaração ‘É uma menina!’ ou ‘É um menino!’ também começa uma espécie de ‘viagem’, ou melhor, instala um processo que, supostamente, deve seguir determinado rumo ou direção” (p. 15).

Segundo a autora, a nomeação desse corpo como masculino ou feminino desencadeia um processo de “fazer” desse corpo, um corpo feminino ou masculino.

A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre o corpo. O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de masculinação ou de feminização com o qual o sujeito se compromete. Para se qualificar como um sujeito legítimo, como um “corpo que importa”, o sujeito se verá obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura (Louro, 2008, p. 15).

Para que se entenda melhor como foram construídas as relações entre homens e mulheres na sociedade brasileira, é necessário voltarmos nosso olhar para as raízes históricas dessas relações, uma vez que considerar apenas a dimensão biológica não é suficiente para explicar as desigualdades que efetivamente se constituíram.

(...) É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se construir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (Louro, 2011, p. 21).

A historiadora e teórica feminista Scott (2007), apoiada no conceito de gênero, rejeita explicações para as desigualdades entre homens e mulheres ancoradas apenas em diferenças biológicas.

Nessa direção, autores e autoras citados/as por Madureira e Branco (2007) - como, por exemplo, Parker, (1991), Costa (1999) e Louro (1998) - têm realizado estudos sobre a construção da masculinidade e feminilidade que rejeitam o essencialismo biológico ainda presente no discurso biomédico. Estes/as autores/as, têm procurado trazer para as discussões, juntamente com outras disciplinas científicas, como a Sociologia, a História, a Pedagogia, a Antropologia, a dimensão cultural como estruturante no processo de tornar-se homem ou mulher. Por essa ótica, eles/as, nos proporcionam uma visão crítica em relação às concepções reducionistas que, frequentemente, legitimam concepções preconceituosas e práticas discriminatórias em relação à diversidade sexual e de gênero apoiadas em argumentos que remetem às relações tradicionais de gênero.

Nesse sentido, ao voltarmos nosso olhar para a dimensão histórica das relações entre homens e mulheres na sociedade brasileira, não podemos perder de vista a tradição patriarcal do período colonial. Este foi um período histórico que nos ajuda a compreender as relações

hierárquicas de gênero que tem servido para justificar a manutenção desse modelo ainda nos tempos atuais.

O antropólogo Richard Parker (1991), em sua obra *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*, no capítulo *Homens e mulheres*, analisa com muita precisão, como esse modelo demarcava de forma rígida as fronteiras físicas e simbólicas da vida cotidiana de homens e mulheres, atribuindo noções de comportamento adequado para um e para outro:

Essa moralidade sexual dualística permeava e efetivamente dividia todos os aspectos da vida cotidiana. Por um lado, ela mapeava com sucesso os domínios nitidamente opostos do macho e da fêmea, delineando os espaços contrastantes do homem e da mulher, atribuindo noções de comportamento adequado para um e para outro. As atividades do homem eram dirigidas para o mundo social mais amplo da economia, política e interações sociais, além do âmbito da família, enquanto os de sua mulher e suas filhas eram rigidamente restringidos e limitavam-se ao mundo doméstico da própria família. Assim, enquanto a casa funcionava como fortaleza e prisão para sua mulher e filhas, o engenho e, cada vez mais, a cidade, a praça e a rua se tornavam o território dos homens, o domínio do patriarca. Seu mundo era de ação e se opunha radicalmente à relativamente inativa ou, melhor dizendo, mais guardada e limitada sociedade das suas mulheres (p. 59).

Como se percebe, esse modelo patriarcal funcionou por séculos em nossa sociedade como campo de modelagem de comportamentos e atitudes que reforçam as relações de poder, além, é claro, de atribuir papéis exclusivos a cada gênero. Fomos incansavelmente educados/as pelas instituições sociais (família, escola, igreja, etc.) para cabermos no corpo que biologicamente recebemos ao nascer, a interiorizarmos os lugares permitidos e proibidos

em que podemos transitar por eles. Quando isso não toma seu curso natural, quando se assumem papéis ou lugares que não são socialmente esperados para cada gênero, comumente essas pessoas são taxadas de inadequadas por romperem com uma lógica que ideologicamente fora instituída para disciplinar os indivíduos.

Portanto, ao invés de reproduzirmos discursos que justificam e reforçam as diferenças do que é ser homem ou mulher em nossa sociedade, não podemos desconsiderar o legado do patriarcalismo, que durante séculos vem perpetuando essas relações hierárquicas de poder e legitimando discursos e práticas homofóbicas, ao demarcar uma linha rígida do que é ser homem ou mulher em nossa sociedade.

2.1 A invenção da homossexualidade

Segundo Weeks (2000), o termo homossexualidade é um conceito relativamente novo em nosso vocabulário e que nos ajuda a compreender a institucionalização da heterossexualidade e a invenção da homossexualidade. De acordo com o autor:

Sua invenção – pois é disso que se trata – é um sinal importante de mudanças mais amplas. Para ser mais preciso, a emergência desses dois termos marca um estágio crucial na delimitação e definição modernas na sexualidade. Será sem dúvida, uma surpresa para muitas pessoas saber que uma definição mais aguda de “heterossexualidade” como sendo a norma foi forçada precisamente pela tentativa de definir a “homossexualidade”, isto é, a forma “anormal” de sexualidade, mas os dados de que agora dispomos sugerem que foi exatamente isso que ocorreu (p. 61).

Não estamos dizendo com isso que a prática homossexual seja um costume novo. Ao contrário, esta é uma prática antiga, que já foi aceita em algumas sociedades como, por

exemplo, na Grécia Antiga. Nesta sociedade, essa prática, era um comportamento comum e socialmente aceito entre os homens, conforme afirma Bernardet (2001, p. 31).

Os gregos formavam casais constituídos por um homem adulto e um adolescente, frequentemente com a concordância dos pais do adolescente. Mas o adulto não devia se aproveitar do corpo do amante como um objeto sexual, era seu dever contribuir para a sua formação cultural e moral, incentivando nele a coragem e a honra. Quando o adolescente ficava adulto, a relação devia cessar, e o novo adulto podia então manter relações com um adolescente. Isso era, pelo menos, o comportamento socialmente aprovado, o que não quer dizer que tudo ocorria sempre assim (...) (pp. 31-32).

Nesta sociedade, portanto, não existia a ideia de homossexualidade com a carga pejorativa que esta carrega atualmente. Segundo Bernardet (2001), “A grande maioria dos homens que mantinham essa prática, eram casados e pais de família, e esse costume não entrava em contradição com a vida familiar” (p. 32). Portanto, não existia, nesse período histórico e neste contexto, nada que configurasse a prática homoerótica como sendo algo anormal, imoral, ou pecaminoso.

No Brasil, segundo Mott (1986), os relacionamentos homoafetivos também são reconhecidos desde o período escravocrata, assim como o desprezo, o escárnio e o castigo contra aqueles que os praticavam. Porém, no século XIX, com o advento da formação das famílias burguesas como nos apresenta Costa (1999), em sua obra *Ordem médica e norma familiar*, a educação moral ditada pelos médicos nesse período, criou “a norma ideal da família higiênica”, incutindo nos indivíduos a disciplina e a vigilância sobre seus atos, que se desdobraram na noção de culpa e vergonha. Desta forma, a “norma ideal”:

(...) criou a figura do indivíduo contido, polido, “bem educado”, cuja a norma ideal é o comportamento reprimido e disciplinado do *gentleman*, do *peti- bourgeois* europeu.

Mas às custas de uma crescente tendência à autoculpabilização, que se tornou a marca registrada do sujeito “civilizado” e aburguezado. Do sujeito forçado a exercer o autocontrole tirânico sobre si mesmo. Do sujeito ensinado a reagir com extrema intolerância às menores falhas morais reais ou imaginárias, suas ou de seus pares – falhas estas, responsáveis, em muitíssimas ocasiões, pelo sofrimento psíquico que ele experimenta (p. 14).

Nesta mesma obra, no capítulo VI, intitulado *Homens e Mulheres*, o autor analisa o Ethos de homem ideal desse tempo histórico: o “manequim higiênico de homem” – o pai. Nascia nesse período, um homem que deveria “fornecer as medidas de masculinidade social e comportamento físico em que se encaixaria o adulto viril” (Costa 1999, p. 240). Enquanto no modelo patriarcal do período colonial, o poder se concentrava na figura do proprietário de terras, escravos e bens, que impunha sua lei e seus direitos sobre a esposa e os/as filhos/as, reforçando as relações hierárquicas de poder, o “pai higiênico”, nasce a partir de uma outra ética:

Em vez de proprietário era um funcionário. Funcionário da “raça” e do Estado, a quem devia dedicar o melhor de suas forças. Seus deveres eram inúmeros, seus direitos diminutos. Devia prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da “raça” e maximizar o patriotismo da sociedade. Deveres superlativos, dos quais emergiam, como meros prolongamentos, seus únicos direitos: direito de trabalhar e direito de fornicar (Costa, 1999, p. 240).

A educação sexual higiênica teve como objetivo reprimir comportamentos considerados inadequados à moral da época, como, por exemplo, a masturbação infantil e a conduta homossexual. Em outros termos, a família burguesa para ser reconhecida como tal, deveria seguir à risca as normas sociais de tutela familiar que lhes era imposta, e que

conforme se observa, foi o momento oportuno para que o controle se instaurasse como uma forma de regulação política, disciplina e vigilância, sobretudo, sobre a vida sexual dos indivíduos (Costa, 1999).

O modelo médico desse período se ocupou de prestigiar “o pudor e a decência”, e de condenar tudo aquilo que oferecesse perigo a esse modelo social. Nesse sentido, três tipos de homem foram alvos de ataques, por romper com a lógica higiênica desse período segundo a ordem médica: os libertinos, os celibatários e os homossexuais. Nos ocuparemos especialmente desses últimos, considerando os objetivos da presente pesquisa.

Nosso olhar se dará no sentido de demonstrar de que maneira os homossexuais foram tratados na nossa história, na perspectiva de compreendermos o lugar social que lhe fora (ou ainda, está sendo) destinado a essas pessoas, e o preconceito, que historicamente se constituiu em relação a esse grupo.

Segundo Costa (1999), nesse período no Brasil, os homossexuais representavam uma categoria de seres “abomináveis e irresponsáveis”, pois fugiam ao modelo proposto socialmente do “pai higiênico”, pela sua recusa a vocação natural do homem em ser pai. Dessa maneira, o que lhes sobrava era a desaprovação, o escárnio, o tratamento pejorativo, o desprezo social e, em algumas situações, a punição. Estes eram vistos como a “antinorma ao viver normal” (p. 248). Ainda segundo o autor, coube ao espírito da época, o investimento sobre a moral e os corpos dessas pessoas. A pretexto de não se tornarem homossexuais, as famílias investiam seus esforços nos programas de educação infantil que tinham como técnicas, o exercício físico e a disciplina moral e intelectual de suas crianças, como se homossexualidade fosse um subproduto desses aspectos mal trabalhados.

Outro ponto que merece atenção nesse processo de fixação do homem desse período à figura do pai, era a compreensão de que os homossexuais tinham “condutas sexuais antifamiliares”, por medo da sífilis ou pelo alto preço cobrado pelas prostitutas. Dessa forma,

conforme afirma Weeks (2000): "para cumprir o dever de pai, o homem recebeu a autorização para ser macho. O machismo foi-lhe oferecido por uma pífia compensação pela usurpação de seu tradicional poder" (p. 249).

Para este autor, os termos homossexualidade e heterossexualidade, foram usados publicamente pela primeira vez na Alemanha, por um escritor austro-húngaro, Karl Kertbeny, em 1869. Embora sua perspectiva fosse tratar a homossexualidade como uma "variante benigna" da sexualidade, este termo foi apropriado por sexólogos pioneiros como Krafft-Ebing que passou a utilizá-lo em oposição ao conceito de heterossexualidade, servindo esta, para categorizar um tipo exclusivo de pessoa. O que, por sua vez serviu também para instaurar a noção de sexualidade normal (Weeks, 2000). Ou seja, até o início da apropriação do termo homossexualidade pela medicina no final do século XIX, a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo era tratada como sodomia, não havia ainda nenhum conceito que classificasse a homossexualidade como uma categoria específica de pessoas. Daí deriva a afirmação de Foucault (1993, citado por Weeks, 2000), de que "o sodomita era visto como uma aberração temporária, enquanto o homossexual, pertencia a uma espécie própria" (p. 62).

No entanto, é importante destacar que no século XIX, os termos homossexualidade e heterossexualidade, nasceram de um grande esforço dos médicos da época, em definir o comportamento sexual humano. Inclusive, o termo heterossexualidade ou foi instituído para fazer oposição à homossexualidade e, dessa forma, contribuiu para inscrever socialmente, o padrão tido como normal de sexualidade.

Desta maneira, como é possível perceber, as relações sexuais afetivas entre pessoas do mesmo sexo sempre existiram nos diversos tempos históricos da nossa sociedade, assim como sempre existiram também, pessoas, movimentos e instituições que conclamam seu rechaço, na tentativa de se inscrever e produzir a sexualidade "normal".

Prova disso, são, as diversas maneiras de impedir que a população LGBT tenha seus direitos reconhecidos ainda hoje. Em pleno século XXI, vários são os obstáculos enfrentados por essas pessoas, que variam entre questões de ordem legal como, por exemplo, o uso de banheiros públicos ou privados, a depender da sua identidade de gênero. O reconhecimento de arranjos familiares que se afastam do modelo tradicional, a adoção de crianças por casais homoafetivos e o reconhecimento por parte dos planos de saúde do companheiro(a) em união homoafetiva, como seu dependente, além do preconceito que traz sérias e graves implicações na vida social e subjetiva desses sujeitos.

3. Homofobia na Escola: A (Re) produção da Sexualidade “Normal” e do Sofrimento

Psíquico

É inegável que a escola, assim como outras instituições sociais do mundo ocidental, incluindo o Brasil, tenham sofrido forte influência do modelo religioso católico que, por séculos, foi a religião oficial em nosso país. Segundo Oliveira (2011), “a religião teve sem dúvidas, uma influência na moralidade sexual brasileira” (p. 121). De acordo com esse autor:

A sexualidade sempre foi abordada pelas religiões, ora como algo divino, ora como algo a ser reprimido. O sexo prazeroso é condenado em detrimento do sexo reprodutivo e, até hoje, prevalece em nossa sociedade a idéia cristã do sexo matrimonial e heterossexual (p. 121).

Nosso questionamento, ao propor a temática desse capítulo, se deu no sentido de refletirmos até que ponto a escola tem colaborado para perpetuar crenças e valores que corroboram com práticas sexistas e homofóbicas? A quem a prática educativa tem servido? Quais as marcas deixadas pela escola naqueles/as que não se subordinam, recusam ou negam a identidade heterossexual?

Nesse sentido, inicialmente, proponho retomar a discussão desenvolvida por Louro (2000), no capítulo intitulado *Pedagogias da Sexualidade*, quando esta demonstra, como as instituições ocidentais, dentre elas a escola, tem trabalhado intencionalmente na perspectiva de (re)produzir a sexualidade “normal,” e quais os desdobramentos e implicações dessa prática na vida social e subjetiva das pessoas que não se enquadram nesse modelo. Segundo a autora, por séculos, a escola vem operando “com mecanismos e investimentos” (discursos, currículos, o disciplinamento dos corpos, o silenciamento) que elegem a heterossexualidade como natural e universal. Ao escolarizar os corpos dos seus/ suas jovens, de forma que

estes/estas se aproximem ou se afastem da norma desejada. A apresentar-lhes um único modelo para se tornem “homens e mulheres de verdade”. Aos outros cabe a marginalização.

As coisas se complicam ainda mais para aqueles e aquelas que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual. A esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa muitas vezes, por declarada homofobia. Esse sentimento, experimentado por mulheres e homens, parece ser mais fortemente incutido na produção da identidade masculina. Em nossa cultura, a manifestação da afetividade entre meninos e homens é alvo de uma vigilância muito mais intensa do que entre as meninas e mulheres (Louro, 2000, p. 27).

Desta maneira, segundo Lionço (2009), “a discriminação é uma prática que marca o cotidiano das escolas. Opera a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais e sociais” (p. 9). É, justamente, esse o foco dessa pesquisa: quais os danos causados às vítimas de práticas homofóbicas? De que maneira essas pessoas que sofrem preconceito e discriminação tem demonstrado seu sofrimento? Como a escola, enquanto instituição social tem trabalhado questões a respeito das possibilidades da sexualidade humana?

Já existem políticas públicas que contemplem as questões de gênero e sexualidade nas escolas. Documentos como o Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (2004); Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais: 5ª a 8ª séries por parte do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental (1998), que é um documento que orienta a escola a trabalhar a educação sexual a partir de três eixos norteadores: (a) corpo: matriz da

sexualidade; (b) relações de Gênero; (c) prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.

Embora estas sejam iniciativas que procuram corrigir desigualdades que por séculos impetraram a vergonha e a culpa ao se tratar de questões relacionadas às diversas possibilidades da sexualidade humana, ainda assim, sem desmerecê-las, são iniciativas tímidas se levarmos em conta, por exemplo, a discriminação e o preconceito sofrido pela população LGBT, nos espaços escolares. Muitos desses estudantes não se sentem confortáveis em assumir sua identidade de gênero e a sua sexualidade, uma vez que estas não condizem com o que se é “normalmente” esperado: a heterossexualidade compulsória.

Segundo Lionço (2009), questões relacionadas à diversidade sexual, são muitas vezes, silenciadas no espaço escolar:

A diversidade sexual comparece nas escolas e nos instrumentos pedagógicos de modo diferenciado. Tende a ser invisibilizada, é escassamente tematizada como conteúdo didático – pedagógico, e frequentemente a homofobia é subestimada em seus efeitos danosos às crianças e adolescentes. (...) muitos adolescentes que começam a reconhecer desejo por pessoas do mesmo sexo se sentem constrangidos pela desvalorização corriqueira da homossexualidade e tendem a omitir sua condição, não encontrando na escola ou no/a professor/a uma referência para compartilhar suas dúvidas sobre sexualidade. Esse segredo em relação à própria vivência da sexualidade tem conseqüências para a saúde: não se pode saber ou ter informações sobre aquilo que não pode ser dito (p. 11).

Por que atualmente, no século XXI a escola ainda encontra dificuldades em lidar com questões dessa natureza? Para refletirmos sobre isso, precisamos retornar ao início deste capítulo para entendermos, por exemplo, porque a homossexualidade para algumas pessoas

traz em si um caráter de pecado e promiscuidade. Por que a homossexualidade ainda causa tanta perplexidade a um grande segmento da sociedade brasileira? Num país como o nosso, onde as questões religiosas tem um peso significativo, é possível compreender porque questões dessa natureza ainda trazem tanto sofrimento, sobretudo, para aquelas pessoas que se encontram em meio a famílias conservadoras que se apoiam espiritualmente nos valores tradicionais da religião. É perfeitamente compreensível que em meio a tantas exigências sociais por parte de pessoas que lhes são caras (pais, familiares, professores/as, vizinhos/as e amigos/as), estas se sintam, no mínimo, desconfortáveis, uma vez que a norma sexual socialmente aceita é a matriz heterossexual.

Desta maneira para fazermos essas reflexões, vamos retomar novamente a influência do modelo religioso cristão que ainda predomina no ocidente e que tem como uma de suas vertentes a vigilância da sexualidade. De acordo com Oliveira (2011), desde os seus primórdios a religião católica, por exemplo, traz como pressuposto um modelo único e moralista de sexualidade “que faz crer que a única expressão normal da sexualidade humana seria a heterossexualidade, porque essa seria sua forma natural”⁵ (p. 101). Para esse autor, o padrão tradicionalmente aceito ainda hoje, pela moral sexual do cristianismo é que as relações sejam monogâmicas com a finalidade exclusiva de procriação. O desejo e o prazer devem ser banidos da vida daqueles que querem alcançar “a vida eterna”. Para esse autor, essa ideia de “sexo natural” é a responsável “pelo enorme preconceito em relação a outras práticas sexuais existentes como é o caso dos homossexuais” (p. 108). Dessa forma, o cristianismo “sacraliza o sexo conjugal voltado para a procriação, e lança tudo o mais no domínio do diabólico” (p. 122).

⁵ Para uma análise mais aprofundada sobre a influência da moral religiosa sobre a sexualidade, consultar Oliveira, F. R. (2011). *HOMOSSEXUALIDADE Uma visão mitológica, religiosa, filosófica e jurídica*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA.

Esta forma negativa de conceber a homoafetividade, traz agravantes que precisam ser pensados. Posicionamentos como estes, colocam em risco a população LGBT quando estimula atitudes homofóbicas por parte daqueles/as que crêem nessas afirmativas, e também, porque muitos/as pessoas que possuem uma orientação sexual e afetiva diferente da norma hegemônica, algumas vezes não vivem bem o fato de não serem heterossexual por se tornarem alvo de piadas preconceituosas e por se sentirem discriminados/as.

Diante de questões como estas que sinalizam como a prática homofóbica e seus efeitos podem ser danosos, é que precisamos pensar uma escola mais justa, que respeite e promova os direitos humanos. Não se trata, como é discutido por Junqueira (2009), de acreditarmos no “poder redentor da educação”, mas na compreensão sobretudo de “como este espaço tem contribuído historicamente para a reprodução de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir a figura do outro (considerado ‘estranho’, ‘pecador’, ‘doente’, ‘inferior’, ‘pervertido’, ‘criminoso’, ou ‘contagioso’)” (p. 14), por não reconhecerem a diversidade sexual e de gênero como possibilidades legítimas na vida das pessoas. Segundo o autor:

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas vêm-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica (p. 17).

Junqueira (2009), apresenta os resultados de duas pesquisas realizadas pela (UNESCO, 2004) sobre “O Perfil dos Professores Brasileiros”. Através deste trabalho foi possível compreender como a homofobia tem sido uma prática recorrente no espaço escolar.

Para essa pesquisa, foram entrevistados 5 mil professores da rede pública e privada em todos os Estados brasileiros, e no Distrito Federal. Por meio dessa pesquisa, foi revelado que:

Para 59% desses/as professores/as, é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais. Dentre o percentual de professores/as, 12% em Belém, Recife e Salvador, entre 14% e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza, acreditam ser a homossexualidade uma doença (p. 17).

Segundo outra pesquisa abordada pelo mesmo autor sobre o tema homofobia, “estudantes masculinos apontaram bater em homossexuais como o menos grave dos seis exemplos de uma lista de ações violentas” (Abramovay et al., 2004, pp. 277-304, citado por Junqueira, 2009, p. 18).

Diante de lamentáveis fatos, não nos surpreende que a violência que na escola atinge lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, traga implicações no campo da subjetividade desses sujeitos. A exposição recorrente destes, a um ambiente hostil, que não reconhece nem valoriza as diversas possibilidades de vivência sexualidade humana, é esperado que estas pessoas desenvolvam, infelizmente, certos tipos de sofrimento psíquico, pois lhes é retirado o direito de existirem em sua singularidade.

Ao abordarmos essas questões, é necessário que nosso olhar extrapole a leitura biomédica tradicional que patologiza o sujeito. Por muitas vezes, esse modelo biomédico, desconsidera o contexto das interações sociais desta pessoa, e dessa maneira, não apreende as dimensões subjetivas e sociais que estão envolvidos nesses processos culturais e que trazem sofrimento para esses sujeitos. Ou seja, desconsidera a natureza plurideterminada desse mal-estar.

Este seguramente é o desafio também da psicologia clínica contemporânea: trazer a dimensão da constituição social e subjetiva do indivíduo para explicar seu sofrimento. Esse mal-estar não pode ser explicado apenas a partir da subjetividade individual, sob pena de incorrermos em análises simplistas que além de fugir do propósito clínico que é o de acolhimento e escuta do sujeito que sofre, concorrermos também para fortalecer com a nossa prática profissional as correntes moralistas da sociedade brasileira que sustentam concepções e práticas homofóbicas.

4. Metodologia

A presente pesquisa se inspirou nos pressupostos epistemológicos da pesquisa qualitativa, que considero ser a mais apropriada, tendo em mente os objetivos já apresentados. A pesquisa qualitativa é uma metodologia que nos permite segundo Minayo (2012), “o aprofundamento no mundo dos significados” (p. 14), a partir da realidade social.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (p. 21).

De acordo com Creswell (2010), embora ainda haja muita controvérsia entre pesquisadores da proposta qualitativa e da proposta quantitativa, principalmente no que se refere à objetividade e à fidedignidade dos resultados da pesquisa, essas discussões têm sido menos frequentes uma vez que já tem havido um grande esforço por parte de pesquisadores sociais em legitimar o que constitui e caracteriza uma investigação qualitativa.

A pesquisa qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de análise e construção interpretação dos dados que nos permite compreender uma dada realidade social, considerando sempre a complexidade de fatores que estão implicados na mesma.

De acordo com essa perspectiva, o trabalho de campo, como nos apresenta Minayo (2012), é o momento em que o pesquisador tem a possibilidade de se aproximar da realidade

social sobre a qual é seu campo de interesse e, sobretudo, de interagir com os “atores” dessa realidade, de maneira que esse intercâmbio favoreça a construção do quadro complexo do problema ou questão que está sendo investigada.

Para Creswell (2010), “os pesquisadores/as são instrumentos fundamentais” (p. 208) nesse processo, pois são eles que vão a campo “numa interação face a face”, na perspectiva de construir dados que lhe permitam conhecer essa realidade. Segundo o autor, estes/as são fundamentais, pois “coletam dados pessoalmente por meio de exames de documentos, de entrevistas e observação participante no ambiente natural da pesquisa” (p. 208). Posteriormente, os/as pesquisadores/as examinam todos os dados, extraem sentido deles e os organizam em categorias ou temas, de maneira que possam ser interpretados, considerando sempre as ideias que estão explícitas e implícitas no texto ou na fala dos/das participantes e, sobretudo, no sentido mais amplo (sociocultural). “A pesquisa qualitativa é uma forma de investigação interpretativa em que os pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem. Suas interpretações não podem ser separadas de suas origens, histórias, contextos e entendimentos anteriores” (p. 209).

A metodologia utilizada na presente pesquisa está fundamentada na Epistemologia Qualitativa (Gonzalez Rey, 2005), que apresenta os seguintes pressupostos centrais: “o conhecimento é um processo construtivo-interpretativo (p. 31), “o caráter interativo e comunicação permanente entre pesquisador e os sujeitos estudados” (p. 34), “legitimar o singular como instância de construção de conhecimento”(p. 35).

Nesse sentido, compreendo que a escolha por uma metodologia qualitativa se mostra mais apropriada, tendo em vista a natureza e os objetivos dessa investigação. Como se trata de uma pesquisa social que visa analisar as concepções e crenças de professores/as e alunos/as do 3º ano do Ensino Médio relacionadas à diversidade sexual e de gênero,

considero que a utilização de uma metodologia qualitativa de investigação se mostra mais adequada.

4.1 Participantes

Os participantes foram os/as alunos/as e professores/as de uma turma do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública localizada na cidade de Luziânia, Goiás. Também foram entrevistadas 3 psicólogas clínicas.

Os dados sociodemográficos apresentados logo abaixo, são referentes aos participantes da pesquisa que responderam os questionários e as entrevistas.

Em linhas gerais, os professores/as são profissionais com curso superior completo, com idade entre 29 e 55 anos, em sua maioria evangélicos, tendo entre 2 e 28 anos de tempo de atuação profissional no campo educacional.

Ao que se refere aos alunos/as, estes têm idades entre 16 e 19 anos, sendo em sua maioria católicos, sendo 15 do sexo masculino e 16 do sexo feminino.

As psicólogas, tem entre 1 e 28 anos de atuação na clínica. Duas dessas, trabalham com a abordagem comportamental e a outra com a Gestalt-Terapia.

4.2 Materiais e instrumentos

Foram utilizados papel e caneta para o preenchimento dos questionários pelos professores/as (Anexo 6) e pelos alunos/as (Anexo 7) e um gravador de áudio para as entrevistas individuais semiestruturadas com professores/as (Anexo 5), e com psicólogas clínicas (Anexo 8), que foram realizadas com base em um roteiro de entrevista.

4.3 Procedimentos de construção de informações

As entrevistas individuais semiestruturadas foram gravadas em áudio com o consentimento dos/das participantes, para que as informações construídas, pudessem ser posteriormente analisadas. Todos/as os/as participantes foram informados/as mediante a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido sobre a natureza, o objetivo do estudo, os procedimentos, a confidencialidade das informações e, sobretudo, sobre o sigilo por parte da pesquisadora em relação aos nomes dos participantes e da instituição de ensino, assim como qualquer informação que pudesse levar a sua identificação.

Os/as participantes foram informados/as que todo o material como a gravação em áudio e os questionários respondidos pelos/as alunos/as e professores, seriam destruídos após a conclusão da pesquisa, como consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Por meio deste documento, os/as participantes também foram informados/as que tinham o direito de se recusar a participar dessa pesquisa antecipadamente, ou se retirar do estudo a qualquer momento.

Após o consentimento dos/as participantes, 3 professores/as passaram por uma entrevista semiestruturada (Anexo 5) e 9 deles/as, responderam a um questionário (Anexo 6). Os alunos/as, responderam apenas ao questionário (Anexo 7). Posteriormente, foram entrevistadas 3 psicólogas clínicas (Anexo 8), na perspectiva de compreendermos como o sofrimento psíquico decorrente de atitudes homofóbicas tem comparecido nas clínicas de psicologia, e quais estratégias de enfrentamento tem sido mais utilizadas por essas pessoas para lidarem com as dificuldades geradas pela homofobia. Lembrando que a pesquisa passou pelo Comitê de Ética e foi por ele aprovada (Anexo 9).

4.4 Procedimentos de análise

Segundo Minayo (2012), “esta é a etapa em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica” (pp. 80-81). No caso deste estudo, essa etapa foi dividida em três momentos: o primeiro correspondeu à etapa da transcrição integral das entrevistas e análise descritiva dos questionários respondidos pelos/as alunos/as e professores/as (Anexo 10 e 11). Estes últimos foram analisados, com o objetivo de construir uma visão panorâmica sobre as concepções e crenças desses/as participantes acerca da diversidade sexual e de gênero no contexto escolar.

O segundo é o momento que Minayo (2012), denomina de *Análise de Conteúdo*, ou seja, é o momento em que o pesquisador/a busca conhecer o que está além do conteúdo trazido na fala dos/as participantes nas entrevistas. Corresponde ao trabalho do/da pesquisador/a em selecionar as partes mais significativas destes textos e discursos e agrupá-los em categorias que lhes possibilitasse a interpretação.

Por fim, o terceiro momento foi o da interpretação, que é o momento quando o/a pesquisador/a realiza a articulação entre o empírico e a fundamentação teórica da pesquisa, na perspectiva de produzir novos conhecimentos sobre o seu objeto de estudo.

É importante lembrar que essa forma de tratamento dos dados em pesquisa qualitativa não são excludentes, nem ocorrem de forma tão linear como parece estar descrito aqui nessa seção. Esta foi apenas uma maneira mais didática de organizar os procedimentos de análise. Estas etapas de tratamento dos dados estiveram de diferentes formas, articuladas.

Após a aplicação dos questionários e a transcrição das entrevistas foram construídas três categorias analíticas, na perspectiva de nortear o trabalho interpretativo: (1) concepções e crenças de professores/as e alunos/as sobre as questões de gênero e sexualidade; (2) a

escola como palco de preconceito e discriminação contra os grupos LGBT; (3) o sofrimento psíquico e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas pessoas vítimas de discriminação homofóbica.

5. Resultados e Discussão

Para conhecermos melhor o local onde ocorreu a pesquisa, cabe mencionar que, segundo dados do IBGE (2013), Luziânia é uma cidade de Goiás, com uma população estimada em 188.181 habitantes, de tradição fortemente católica, embora esteja crescendo muito o número de evangélicos. Trazer essas informações, pode nos ajudar, de alguma maneira, a compreender e interpretar os resultados deste estudo.

Os resultados foram organizados a partir das categorias analíticas construídas, mencionadas na seção anterior, a partir das respostas dos/as participantes (professores/as e alunos/as do terceiro ano do Ensino Médio e psicólogas clínicas), por meio dos instrumentos utilizados: questionários e entrevistas. Os resultados das questões fechadas dos questionários são apresentados por meio de cálculo estatístico descritivo (Anexos 10 e 11). As questões abertas e os resultados das entrevistas por meio de análise de conteúdo.

5.1 Concepções e crenças de professores/as e alunos/as sobre as questões de gênero e sexualidade

Após a análise das respostas apresentadas nos questionários, é possível constatar que a maioria dos professores/as 66,7% não recebeu em sua formação profissional qualquer orientação sobre como lidar com questões relacionadas à sexualidade em sala de aula. No entanto, todos/as eles/as 100% reconhecem que a escola deveria realizar um trabalho de educação sexual, uma vez que 77,8% destes participantes disseram que nunca participaram de nenhum projeto ou atividade voltada à educação sexual na escola em que trabalham, e esta é uma demanda constante por parte dos/as alunos/as. Todos/as os/as professores/as 100%, disseram reconhecer entre seus alunos aqueles com orientação sexual diferente da

heterossexualidade e 44% deles disseram se sentir numa posição confortável para lidar com as questões relacionadas à sexualidade, inclusive em relação à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros).

Quanto aos/as estudantes que participaram dessa pesquisa, semelhante à resposta apresentada pelos professores, 100% dos/as estudantes afirmaram que sua escola nunca teve nenhum tipo de projeto relacionado à educação sexual e apenas 19,4% disseram já ter tido alguma discussão sobre sexualidade em suas aulas. A maioria deste grupo de participantes, 80,6%, relatou achar importante que temas dessa natureza sejam abordados em sala de aula. Desses/as estudantes, 93,6% afirmaram já ter tido um/a colega de turma que tivesse comportamentos culturalmente típicos do sexo oposto e 12,9% relataram ter achado esse fato ruim. Apenas um aluno apresentou uma observação no final do seu questionário dizendo: “Eu acho que isso é errado. Deus criou o homem para a mulher e vice-versa”.

Cabe discutirmos a relação entre cristianismo e sexualidade para analisar a atitude deste aluno em deixar seu posicionamento contrário à prática homossexual registrado no final do seu questionário. Segundo Vainfas (1992), por séculos a Igreja católica utiliza-se da moral sexual mantida pelos seus aparelhos ideológicos (família, igrejas, instituições educativas, mídia etc.) para exigir de seus seguidores um comportamento sexual pautado na continência e na renúncia dos prazeres. Sexo somente para fins reprodutivos.

Esse comportamento torna evidente, a introjeção dos valores morais pregado pelo cristianismo, que de certa forma reforça o preconceito e a discriminação em relação à vivência de outras possibilidades da sexualidade diferentes da norma heterossexual.

Diante dos resultados apresentados anteriormente à “fala” do aluno, é possível constatar que a prática docente, muitas vezes, tem se pautado somente em cumprir com as exigências dos conteúdos disciplinares de cada matéria, deixando as questões da sexualidade para serem respondidas apenas quando solicitadas pelos/as alunos/as.

Outro fato curioso é que embora estes/as professores/as dissessem na entrevista estarem disponíveis e à vontade para abordarem temas dessa natureza, estes só vislumbram essa possibilidade se estiverem trabalhando com algum conteúdo diretamente relacionado à sexualidade, como por exemplo, reprodução humana e história da Grécia. Nesse sentido, são apresentados, a seguir, alguns trechos das entrevistas realizadas.

“Olha, quando se trata da biologia, algum tema tem de ser abordado, porque está dentro da contextualização bimestral deles, do currículo de referência, então acaba que eu tenho que abordar, em Química, eu não posso entrar na sexualidade, porque não tem nada haver. Eu não posso abordar essa questão junto com a Química né?”
(Entrevistada I)

“(...) tanto que quando trabalho com a questão da reprodução humana, eu levo muito para esse lado do sexo, porque eles (os/as alunos/as), precisam muito dessas informações”. (Entrevistada II)

“Especificamente eu lidei com o tema com uma turma do primeiro ano na matéria de História da Grécia, o único tema específico”. (Entrevistado III)

De maneira geral, todos disseram que o professor exerce um papel importante na formação de seus/as alunos/as e acreditam que possam influenciá-los/las com sua postura. Todos/as os/as entrevistados/as foram unânicos em admitir que não têm nenhuma dificuldade em lidar com as questões relacionadas a gênero e sexualidade e que vêm com naturalidade essas questões. Entretanto, alguns relatos desses/as profissionais são contraditórios em relação à afirmação apresentada anteriormente.

“Nós professores estamos aqui, para passar pra eles as informações. Agora, o que irão fazer, ou o que realmente irão ser, essa é uma questão pessoal. Todos sabem o que é bom, não é porque alguns caem no buraco, que você tem de cair também”.
(Entrevistada I)

“E eu um dia percebi o jeitinho dele, que a forma dele de ser, era muito pro lado contrário né”? (Entrevistada I)

“Eu já havia percebido que a aluna era um pouco diferente, mas ela se portava como mulher normal”. (Entrevistada I)

“(...) aí você acaba percebendo que tem alguma coisa errada”. (Entrevistada II)

“Você precisa conversar com fulana, essa menina tem problema”? (Entrevistada II)

“Você não é homem, você é uma menina! Você não é um menino, você não têm os mesmos órgãos do seu pai, você tem, os da sua mãe”? (Entrevistada II)

“(...) e ele, filho de casal homossexual, isso é um caso interessante porque o menino é normal”. (Entrevistada II)

Também, embora a maioria dos/as alunos/as 80,6%, concordem que temas sobre sexualidade devam fazer parte da rotina escolar, uma parcela significativa destes/as 12,9%, não gostam da convivência com o grupo LGBT. Levantadas essas informações, é possível constatar que embora haja um certo respeito em relação à diversidade sexual neste espaço escolar, ainda é frequente a desinformação quanto às questões de gênero e a dificuldade em

compreender a complexidade da sexualidade humana. Para esses/as professores/as, e para grande parte dos/as alunos/as, o trabalho com a sexualidade parece estar circunscrito apenas às questões da gravidez precoce e ao contágio pelas DSTS (doenças sexualmente transmissíveis). Ou seja, a sexualidade só é discutida na escola nestes dois aspectos, conforme é explicitado também na pesquisa realizada por Madureira (2007).

Outro resultado importante é a crença desses/as professores/as 44%, de que a homossexualidade seja algo natural, ou seja, segundo suas respostas no questionário, “eles/as já nascem assim”. Entre os/as alunos/as, 32,2% compartilham do mesmo posicionamento. Para estas pessoas, conforme destaca Louro (2000), “a sexualidade seria algo dado pela natureza, inerente ao ser humano” (p. 11). Já 38,8% acreditam que seja uma escolha pessoal desses indivíduos.

Entretanto, embora se percebesse um grande cuidado no trato relacionado às questões da homossexualidade pelos dois grupos estudados (professores/as e alunos/as), ainda assim foi possível perceber em algumas de suas falas que já foram e serão apresentadas no decorrer deste trabalho, que tratam a homossexualidade como um “delito” (Louro, 2000).

Desta forma, é possível constatar que, embora haja um certo esforço e uma certa tolerância em relação aos comportamentos que fogem à norma heterossexual, ainda assim, é possível perceber mecanismos simbólicos que se intercalam, como os discursos a vigilância e o silenciamento. Segundo Foucault (1987) em sua obra *Vigiar e Punir*, estas são técnicas de poder que operam modestamente, mas de forma permanente. São investimentos “humildes” - “procedimentos modestos” (p. 153), que funcionam de maneira a perpetuar determinados valores e crenças.

5.2 A escola como palco de preconceito e discriminação contra a população LGBT

Diante dos resultados apresentados nos questionários respondidos pelos/as professores/as, todos/as 100%, disseram que durante seu exercício profissional já tiveram que lidar com questões relacionadas às orientações sexuais (homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade). Dentre estes 44,4% disseram se sentir totalmente confortáveis em lidar com questões dessa natureza no espaço escolar, 22,2% se sentiram confortáveis, 22,3% disseram nunca ter parado para pensar e 11,1% disseram ter se sentido numa posição desconfortável. Desses professores, 66,7% disseram já ter presenciado em sala de aula ou no recreio, algum aluno ter sido alvo de gozação por não se enquadrar na matriz heterossexual. 55,5% desses profissionais disseram que se ouvissem qualquer crítica à homossexualidade, por exemplo, diriam que os homossexuais precisam ser respeitados e 44,5% disseram que aproveitariam o momento para discutir a questão com a turma.

No que se refere aos resultados apresentados nos questionários dos estudantes, 93,6% reconhece já ter tido um colega de sala que tivesse um comportamento típico do sexo oposto e 64,5% disseram que essa foi uma boa experiência. Já 12,9% disseram ter sido essa uma experiência ruim e constrangedora. Desses estudantes, 48,4% disseram já ter presenciado alguma cena onde um homossexual fosse discriminado na escola e 6,4% disseram já ter presenciado atitudes preconceituosas de professores em relação à homossexualidade. Por fim, 16,1% disseram conhecer algum colega que teve que interromper os estudos por ter sofrido preconceito ou discriminação em relação à sua sexualidade no espaço escolar.

Diante destes resultados, e articulando estes resultados com as entrevistas realizadas com os/as professores/as, é possível observar que a discriminação, conforme é discutido por Lionço (2009), tem sido uma prática frequente no espaço escolar. Muito embora, um dos entrevistados tenha dito que aquela escola “surpreende em termos de tranquilidade”. Ele

relata já ter trabalhado em outros espaços escolares onde as práticas homofóbicas eram muito mais declaradas. O que nos permite inferir frente a essa declaração e aos resultados apresentados anteriormente, que embora os discursos dos professores caminhassem no sentido do respeito à diversidade no âmbito escolar, é possível perceber que atitudes preconceituosas ainda são muito comuns em relação ao público LGBT.

Uma questão que precisa ser analisada para melhor compreensão destes resultados é o peso que a religião tem sobre a vida das pessoas, sobretudo no Brasil onde os cristãos são maioria. Conforme nos apresenta Oliveira (2011), embora o Estado brasileiro seja um Estado laico, é inegável a influência que a religião tem sobre a sexualidade e o comportamento das pessoas. Dos três entrevistados, uma era evangélica, a outra espírita Kardecista e o terceiro, embora declarasse não ter religião, disse que simpatiza com o espiritismo Kardecista e costuma frequentar esporadicamente o Centro Espírita.

Considero ser esta uma questão relevante para compreender como as religiões lidam com a sexualidade e de que maneira, “orientam” seus fiéis frente a questões como a diversidade sexual, por exemplo. Nesse sentido, vamos descrever de forma sintética a compreensão que o cristianismo de uma maneira geral tem a respeito do comportamento homossexual. Conforme Oliveira (2011), a prática homossexual “era considerada um desvio de conduta gravíssimo, sujeito a pena de morte” (p. 42) pelos judeus: “Se um homem dormir com outro homem, como se fosse mulher, ambos cometeram uma coisa abominável. Serão punidos de morte e levarão a sua culpa” (Levítico 20,13 citado por Oliveira, 2011, p. 42).

Segundo este autor, por séculos o cristianismo vem instituindo uma série de valores e regras (moral sexual), com o propósito de controlar a ação de seus fiéis ao que se refere aos prazeres do corpo. O cristianismo traz em si, um código de conduta que exalta o domínio de si e prega que seus fiéis devam se afastar dos desejos e paixões mundanas, assegurando assim a salvação destes após a morte. Garante assim, “uma imortalidade bem aventurada”.

Estes princípios é uma herança da filosofia estóica que apreciava a manifestação da virtude e da firmeza de alma.

Como se observa abaixo, as religiões têm alguns códigos morais que servem de espelho para aqueles/as que desejam viver conforme os seus dogmas. Nesse sentido, abordo de maneira geral, apenas como visão panorâmica, alguns desses princípios filosóficos para compreendermos a visão dos participantes acerca da questão homoafetiva e da sexualidade.

De acordo com Oliveira (2011):

Os protestantes evangélicos são contrários ao sexo antes do casamento, condenam o adultério, o aborto e o homossexualismo (sendo considerado pecado); há liberdade quanto às variações sexuais, mas sexo anal é condenado. (...) Para os protestantes petecostais prevalecem os mesmos postulados. No entanto, aqui, as variações sexuais não são admitidas, somente o sexo vaginal; a masturbação não é rotulada como pecado, mas é desaconselhada. (...) (p. 126).

No Kardecismo (ou Espiritismo), (...) Em relação a sexo antes do casamento existe o consenso de que a união de duas pessoas tem de ocorrer sem formalidades, o homossexualismo é aceito (p. 126).

A Igreja Católica mantém a mesma postura de séculos atrás em relação à sexualidade, admitindo a prática sexual com o objetivo de procriação; ainda prevalece a idéia de que o sexo é pecado. Os católicos defendem a família heterossexual e matrimonial, assim como a fidelidade conjugal. Não admitem o homossexualismo nem o aborto. (p. 128).

Observadas estas questões, considero poder tornar esta análise mais pertinente, uma vez que o universo cristão, com seus princípios e fundamentos, permeou muitas das narrativas e reflexões que aqui serão trazidas pelos participantes. Por exemplo, a primeira

entrevistada que é protestante, trouxe em sua fala alguns aspectos deste código moral religioso que nos permite observar o quanto a religião exerce influência em sua vida particular e nas suas relações sociais:

(...) “é claro que a doutrina evangélica é bem diferenciada de uma religião que aceite né? Não que a nossa não aceite, a evangélica não permite que tenha aquela participação dentro da igreja cantando e tal, (...) freqüentar a pessoa pode, mas não pode participar. Não pode por exemplo, levantar e dar uma palavra, não pode cantar um hino, não pode viver a doutrina que está na bíblia”. (Entrevistada I)

Os posicionamentos desta professora nos permite observar, por exemplo, a função da escola de mantenedora de valores morais e guardiã dos bons costumes, conforme nos apresenta Louro (2011). Esta autora nos convoca a observar a sutileza dos discursos que são utilizados nas práticas cotidianas e que trazem em si crenças e valores que estão subjacentes a esses discursos escolares. Discursos que precisam se tornar alvo de atenção renovada, pois embora nos pareçam desprovidos de qualquer intenção perniciosa, são dispositivos de modelagem de comportamentos e atitudes que podem legitimar posicionamentos preconceituosos, e práticas discriminatórias.

Segundo a fala da professora em questão, esta, enquanto a profissional que detém o saber teórico e técnico, ocupa uma posição que lhe dá o status de saber o que “é bom” ou não para os seus alunos, desta forma, ela ensina “o que não se deve fazer”. Embora ela tenha relatado que seu credo religioso não interfere em sua prática educativa, seu discurso demarca alguns valores que reforçam a sexualidade hegemônica.

Em relação ao aspecto religioso presente nas falas dos entrevistados/as, apresento aqui alguns desses discursos referentes à entrevistada II:

“Eu não costumo olhar esses/as meninos/as com diferença tá? E não gosto que os colegas também olhem. São colegas, são amigos tá? E não é a sexualidade que vai modificar isso”.

“Eu vejo assim: a procura do ser humano em relação a novos prazeres, sabe”?

Esta professora traz um discurso mais livre de amarras religiosas. Ela diz considerar a homossexualidade como sendo uma das várias possibilidades da sexualidade humana, sendo, portanto, “algo absolutamente natural”. Diz desconhecer a origem da homossexualidade. Entretanto, acredita que esta possa ser genética, mas segundo ela tem também um componente espiritual relacionadas a outras vidas passadas.

A segunda fala da professora reforça o argumento de Oliveira (2011), quando este demonstra ser o Espiritismo uma religião mais flexível frente à homossexualidade. Esta prática, como declara o autor, não é considerada pecaminosa e não existe uma vigilância sobre o comportamento sexual de seus seguidores. A busca do prazer nas relações afetivas não são condenadas e nem é pregado a continência salvo raríssimas exceções, no caso dos médiuns da casa em dias de trabalho espiritual.

Quanto ao entrevistado III, este, ao falar sobre o tema, trouxe algumas críticas sobre seus colegas de profissão e sobre a religião em si, que merecem ser problematizadas;

“Os professores mais antigos são muito tradicionais, são daquele jeito, não aceitam mudanças principalmente quando envolve religiosidade. Quando entram os evangélicos e dizem que isso é coisa do demônio, que homossexual é gente endemoniada, nossa! Quando eu ouço isso eu nem debato porque não vale a pena”.

“A formação sexual tradicional é uma questão religiosa, se você estudar a humanidade, homens e mulheres tem desejos. O desejo focado para o homem e a mulher é uma questão principalmente cristã. Foi a igreja que instituiu que homem só fica com mulher e mulher com homem. A idéia de formação de família e acima de tudo de encher e proliferar a terra de filhos, sexo só depois do casamento e acima de tudo não poder usar camisinha, anticoncepcional, porque você está privando uma vida de vir ao mundo, esse discurso pra mim não vale, mas lógico que temos que colocar em sala de aula a questão, mas todas as vezes que eu abordo a maioria não concorda porque aqui em Luziânia essa idéia passa do avô, pro pai, pro filho. Não é nossa intenção desprender eles disso, só seria legal eles entenderem que é uma questão religiosa formada de um tempo”.

Observando esse discurso, e analisando o contexto de onde fala esse participante (Luziânia - GO), é possível entender sua narrativa. Este é um professor de história que leciona em uma escola de uma cidade tradicionalmente católica, tendo havido, no entanto, um aumento no número de evangélicos nos últimos anos. Desta maneira, é possível compreender sua dificuldade em “romper” com valores tão arraigados que são transmitidos de geração à geração e desestabilizar antigas “certezas”.

Compreendo a indignação que foi observada em seu discurso durante a entrevista. Quando se trabalha com temas relacionados à sexualidade em um contexto tão impregnado de valores morais, é “natural” encontrar algumas dificuldades, pois, segundo Vainfas (1992), trata-se de abalar as estruturas “do mais severo código de repressão sexual já inventado no Ocidente” (p. 5), o modelo denominado de moral-judaíco cristã.

Outros aspectos que demonstram ser ainda a escola, um espaço onde práticas homofóbicas acontecem, são expressos nos seguintes relatos da professora I.

“Tem uma sala aqui que é totalmente separada. Homem só senta com homem quando é hétero. Mulher que é hétero, só senta com mulher. Mulher que é homo, só senta com homo. Tem uma sala aqui na escola que é desse jeitin (...) Lá fora vou quebrar fulano de tal, porque ele está denegrindo a imagem dos outros homens da sala por ele ser homossexual. E eu não gosto de homossexual (...) Não quero que você sente perto de mim não, senta pra lá! Depois o que os outros vão falar de mim (...) Piadinha tem o tempo todo, existe muita piadinha (...)“ E ainda tem professor (explicando o conteúdo de química) que fala, cargas iguais, é igual homem com homem, não vai gerar nada”!

Como se pode constatar, a homofobia, conforme nos mostra Junqueira (2009), ainda é muito comum nos espaços escolares. É frequente neste espaço, as ameaças, as ofensas verbais e simbólicas e, até mesmo, a violência física. Segundo este autor, “a escola brasileira configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceito no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT” (p. 15).

Outra dimensão observada neste contexto, é a dificuldade que a maioria dos/as professores/as entrevistados/as têm em compreender as questões da bissexualidade e dos/as transgêneros, por exemplo. Embora estes/as dizem considerar a homossexualidade uma possibilidade natural de se relacionar afetivamente, eles/as têm sérias dificuldades em compreender as questões relacionadas ao gênero como é demonstrado no relato de dois destes/as entrevistados/as.

“Quando eu fui diretora de uma outra escola, uma vez eu fui chamada pela professora da criança para resolver um problema. Era uma criança de sete anos. A

professora me chamou e disse que eu precisava conversar com fulana, porque essa menina tinha um problema. Ela não queria entrar no banheiro das meninas (...) Sabe aquele jeitão de homem? (...) Então eu conversei com ela e disse: você não é homem, você é uma menina, você não é um menino. Você não tem os mesmos órgãos do seu pai, você tem os órgãos da sua mãe”! (Entrevistada II)

Outro professor entrevistado trouxe o relato a respeito de um aluno que segundo ele era muito feminino, se vestia como mulher, mas dizia não ser gay. Esse professor disse se sentir muito confuso, pois segundo ele, tinha certeza que o aluno era gay. “Então eu travava, eu pensava: não é possível, é muito travestido, é muito trejeito”.

Para analisarmos esses dois casos, vamos recorrer a Louro (2008), para compreender os processos identitários relativo às questões de gênero e sexualidade. É nítida a dificuldade que estes/as professores/as tem em compreender estas questões. Segundo a autora, a nomeação de um corpo em masculino ou feminino, desencadeia um processo de “fazer” desse, um corpo feminino ou masculino.

A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre o corpo. O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse dado sexo vai determinar o gênero e conduzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista (...) (Louro, 2008, p. 15).

Percebe-se, portanto, que é necessário investir em mudanças na formação destes/as professores/as de maneira que eles/as possam incorporar em suas práticas pedagógicas temas sobre gênero e sexualidade, uma vez que esta foi uma das críticas de uma das professoras para explicar porque o preconceito contra homossexuais ainda é tão grande:

“Eu penso que o nosso próprio governo não dá respaldo para que se quebre o preconceito, porque acaba que dentro da escola você pode pegar os livros que você encontra algumas questões falando do racismo, das desigualdades sociais, mas nenhum livro traz essa questão do homossexualismo. Nenhum, nenhum”.

Portanto, relatos como estes revelam o quanto a escola ainda persiste em manter-se num modelo anacrônico de educação, que se fecha para as transformações sociais necessárias. Que “teima” em enclausurar-se em si mesma, isolando-se da vida por muros reais e simbólicos, quando desconsidera o diálogo com o mundo social e com a diversidade de vozes que são silenciadas em seu âmbito. Resta saber se esta, enquanto instituição social e política, deseja, de fato, essas transformações ou prefere manter-se no papel que historicamente a constituiu: de mantenedora dos valores sociais hegemônicos.

5.3 O sofrimento psíquico e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas pessoas vítimas da homofobia

Para finalizarmos nossa discussão a respeito da homofobia na escola, apresentarei os resultados relativos aos questionários de professores/as e alunos/as, procurarei articulá-los às entrevistas dos/as professores/as e psicólogas clínicas para compreendermos como as práticas homofóbicas podem estar contribuindo com o sofrimento psíquico destes/as estudantes, e quais estratégias estes/as utilizam para enfrentar o preconceito e a discriminação no espaço escolar.

Diante dos resultados apresentados, 66,7% dos professores disseram já ter presenciado alguma situação em sala de aula ou no recreio, em que um/a aluno/a fosse alvo de gozação por parte de colegas por apresentar comportamentos que não são considerados culturalmente adequados em relação ao seu sexo. Dos/as alunos/as, 48,4% disseram já ter presenciado alguma cena em que uma pessoa homossexual fosse discriminado/as na escola e 6,4% relataram que a atitude preconceituosa partiu de professores/as. Destes/as alunos/as, 16,1% disseram conhecer algum colega que teve que interromper seus estudos por ter sofrido preconceito ou discriminação em relação a sua sexualidade no espaço escolar. Dentre estes/as alunos/as, 67,7% disseram ter um amigo ou familiar homossexual. Foi perguntado a estes/as alunos/as quais seriam as formas mais fortes de discriminação contra uma pessoa homossexual, numa escala de intensidade de 1 a 3, (3 para alta intensidade, 2 para média intensidade e 1 para baixa intensidade). Como resultado, 61,3% responderam 3 para violência física, 25,9% responderam 2 para comentário agressivo diretamente, e 36% responderam 1 para relatar que a piada é a forma menos agressiva de agressão contra um/a homossexual.

Nas entrevistas com os três professores/as, todos/as reconheceram que a escola tem sido o palco de diversas formas de preconceito e discriminação contra pessoas com orientação sexual diferente da norma hegemônica (gays, travestis, bissexuais, transexuais e lésbicas). De acordo com estes/as professores/as, é muito comum no espaço escolar, as ameaças, ofensas verbais, a segregação e o isolamento, o silenciamento e as constantes piadinhas contra o público LGBT.

A professora I disse ter presenciado, inúmeras vezes, a ocorrência desses fatos em sala de aula e nas dependências da escola. Inclusive, esta trouxe em seu relato, um fato que havia acontecido em outra escola que trabalhou. Segundo ela, nesta escola ela teve três alunos (dois do sexo masculino e 1 do sexo feminino, 2 gays e uma lésbica), que tiveram que parar de

estudar (saíram da escola) porque os pais dos alunos supostamente heterossexuais não queriam que seus/as filhos/as convivessem com eles/as.

Outra experiência que, segundo esta professora disse ter sido revoltante presenciar, aconteceu em uma de suas aulas, quando esta passava alguns exercícios no quadro e ouviu um de seus alunos dizer “que lá fora iria quebrar o fulano de tal porque ele estava denegrindo a imagem dos outros homens da sala por ser homossexual, e que ele não gostava de homossexual. A professora conta que o aluno realmente quis agredir fisicamente o colega e só não fez porque ela não permitiu. Ela relata que houve uma certa discussão e o garoto agredido chorou muito. A professora conteve os ânimos e aproveitou o momento para explicar ao aluno agressor que vivemos em um país livre, onde as pessoas podem “fazer as suas escolhas”, e que temos que respeitá-las. Ela disse ter punido esse aluno e que este parece ter entendido o motivo da punição, pois pediu desculpas ao colega, mas ao fazer o pedido de desculpas, este reiterou que não gostava de homossexuais.

Os/as professores/as, de uma maneira geral, disseram ser muito comum na escola, os estudantes omitirem suas orientações sexuais. Segundo estes/as, os/as estudantes temem a opinião dos/as pessoas que lhes são significativas e por quem tem uma certa estima (colegas, professores, funcionários, familiares e sobretudo dos pais).

Este é também, um aspecto compartilhado no relato das psicólogas clínicas que foram entrevistadas. Segundo estas últimas, é grande o medo destas pessoas em perder o amor, a estima e o reconhecimento, de pessoas que lhes são significativas (pais, amigos/as, professores). Em razão disso, muitos/as preferem ocultar sua orientação sexual e viver uma vida dupla: um faz de conta.

De acordo com estes professores/as, muitos destes alunos/as internalizam o preconceito e não se aceitam, por exemplo como homossexuais, em razão da rejeição a que estão exposto diariamente na sociedade. Desta maneira, muitos se isolam, tentam disfarçar,

quase não interagem com os/as colegas, formando guetos apenas com aqueles que reconhecem ser iguais. Um bom exemplo que ilustra essa situação é trazido pela professora II, quando esta relata:

“Eu tinha um aluno “que era” (supõe-se aqui, homossexual), e o menino era sumido na sala de aula. Ele desaparecia na sala de aula, ele sentava lá na última carteira, bem no cantinho, como se não quisesse ser visto. Cabeça sempre baixa, de vez em quando ele conversava com alguém, mas se esse alguém se aproximasse dele. Aí você acaba observando que tem alguma coisa errada. (...) O pior é que eu chamei essa mãe pra conversar e me deu tanta raiva que eu tive vontade de tomar esse filho dela. Ela não admitia que o filho fosse homossexual. E eu nem sei se esse menino tá vivo, pois pra mim se não tomasse providência aquele menino iria suicidar. Eu sinto que ele não tinha uma estrutura emocional pra sozinho enfrentar aquele conflito.”

O depoimento desta professora é extremamente preocupante, uma vez que, frente a esse ambiente de hostilidade e desprezo que a escola tem se apresentado, é comum que estas pessoas se sintam angustiadas por não se reconhecerem como desejadas ou por se sentirem desqualificadas ou até mesmo anormais. Desta forma, muitos/as deles/as tendem a negar a sua orientação sexual.

A ideia de promiscuidade e perversão que até hoje recai sobre as práticas homossexuais é responsável por estigmatizar e desencadear estados de vulnerabilidade, sobretudo, em adolescentes que dificilmente se sentem confortáveis em assumir sua condição de homossexual ou bissexual na escola, conforme observa Louro (2002):

(...) sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só possa haver um

tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos - deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, dessa forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes, ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância (p. 30).

Sendo a escola, um lugar onde estes/as adolescentes, muitas vezes, se sentam culpados e/ou envergonhados em assumir sua sexualidade, a clínica psicológica tem se apresentado como uma opção para os pais desses/as jovens. Segundo as psicólogas entrevistadas, esta têm sido uma demanda muito mais dos pais do que dos próprios estudantes. Não se sabe, por exemplo, se por estes ainda não terem como pagar a terapia, ou se porque de fato (ainda) não desejam compartilhar estas questões com um terapeuta. O fato é que esta tem sido muito mais uma queixa trazida pela mãe, do que uma demanda pessoal desse/a adolescente.

Segundo essas profissionais, quando estes/as revelam ser homossexuais, grande parte deles/as não estão em conflito com sua condição, mas em ter que revelá-la para as pessoas mais significativas (pais, amigos/as, familiares, professores, etc.). Sentem-se envergonhados/as e constrangidos/as em assumir sua sexualidade frente à sociedade, e serem rejeitados/as por isso. Temem não serem respeitados e perderem o afeto de pessoas que lhes são caras. Alguns exemplos abaixo, relatados pelas profissionais clínicas, demonstram esse temor:

“ Como eu vou assumir? Quem vai tratar com um dentista gay?” (Entrevistada I)

“Como a igreja vai ver meu filho? Meu filho foi criado dentro da igreja, como os amigos irão reagir diante dessa explosão? (...) Ah, ninguém precisa saber”.
(Entrevistada II)

“Não sei como contar para a minha avó”. (Entrevistada III)

Por meio destas falas, é possível observar, conforme nos apresenta Junqueira (2009), o processo de invisibilidade que se instaura, em decorrência da homofobia, e que “alimenta e reforça crenças na presunção da heterossexualidade” (p. 31). Como se apenas esta, fosse a forma legítima de expressar o desejo e o afeto nos relacionamentos.

O moralismo religioso com suas noções de vergonha e de pecado, bem como a ideia de tratar a homossexualidade como desvio do comportamento sexual normal, é responsável por parte da intolerância social que ainda hoje se imprime contra os homossexuais e que os vulnerabiliza.

A ideia de doença, segundo Graña (2001), foi responsável por uma série de aberrações cometidas ao longo dos séculos para “tratar” a homossexualidade, que a inseriu no rol das perversões:

O pensamento médico acerca dos desvios da sexualidade foi, entretanto, definitivamente influenciado pela publicação da *Psychopatia Sexualis* de Kraft-Ebing, em 1886. Fortemente marcado por sua formação católica, Kraft – Ebing afirmava como tantos o fizeram depois dele e ainda hoje, que as relações sexuais sem fim procriativo eram necessariamente perversas. Partia do princípio de que homossexualidade e travestismo estavam intimamente associados e acreditava que ambas condutas eram decorrentes de degeneração do sistema nervoso central ou indicadores de doença cerebral hereditária (p. 158).

Este tipo de pensamento, segundo Graña (2001), foi amplamente aceito principalmente pelos médicos estadunidenses que aproveitaram para propor uma “higienização social” tendo em vista que “se acreditava que estas perversões eram transmitidas hereditariamente e que manifestavam-se de forma mais preocupante entre os indivíduos pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas e entre negros” (p. 158). Como “tratamentos⁶” foram sugeridos: a lobotomias pré-frontal, tratamentos hormonais, choques convulsivos induzidos com Metrazol, “terapia da aversão” até a castração heugênica (Graña, 2001, p. 158).

Ainda segundo este autor, um século depois, Freud em 1935, em resposta à mãe angustiada de um suposto homossexual estadunidense, deixa o seu pensamento clínico a respeito da homossexualidade:

Entendi pela sua carta, que seu filho é homossexual. Estou muito impressionado pelo fato da senhora não mencionar este termo nas informações sobre ele. Posso perguntar-lhe porque o evita? A homossexualidade não traz com certeza qualquer benefício, mas não é nada que deva ser classificado como uma doença; consideramos que seja uma variação do desenvolvimento sexual (Graña, 2001, p. 162).

Como vimos um pouco acima, muitas mães aflitas e angustiadas continuam a procurar ajuda clínica para os/as seus/as filhos/as, um século depois de Freud, por exemplo, afirmar que a homossexualidade é um padrão normal de comportamento sexual. Estudos sobre gênero e sexualidade estão sendo produzidos frequentemente e compartilham com este

⁶ Para maiores esclarecimentos ler a obra completa. Graña. R. B. (2001). *É a homossexualidade um problema clínico? Homossexualidade: discussões jurídicas e psicológicas*. Curitiba: Juruá.

pensamento Freudiano. No entanto, são fortes as correntes ideológicas ancoradas em questões moralizantes que insistem em demonstrar o contrário e a desqualificar e discriminar aqueles que divergem da norma heterossexual.

O campo da clínica psicológica deve estar atento às armadilhas morais que enredam tantos adolescentes (que é o foco específico desta pesquisa), no sentido de colaborar para que estes tenham uma compreensão de si e da sua sexualidade sem maiores sofrimentos.

Sabemos que esta não é questão muito fácil, pois envolve aspectos culturais e sociais e não apenas subjetivos. Não depende apenas do sujeito que sofre mudar essa situação. O preconceito traz implicações também no plano das interações sociais. O fato dessas pessoas não se sentirem confortáveis na condição de homossexuais se deve à homofobia internalizada emocionalmente, pelo fato de precisarem se esconder, por não poderem viver às claras os sentimentos que os heterossexuais têm o direito de expressar. Internalizaram a culpa e a vergonha por não apresentarem uma identidade sexual não hegemônica. Por isso, muitas vezes mentem, dissimulam, se escondem e sofrem por não poderem ser eles/as mesmos/as.

Do ponto de vista clínico, estas, no momento, são estratégias compreensíveis se analisadas como uma maneira, ou a maneira encontrada por estas pessoas para sobreviver frente ao sofrimento psíquico que a intolerância social lhes impõe.

Considerações Finais

Ao propor este tema de pesquisa, meu objetivo era mergulhar novamente neste universo do qual fiz parte por 18 anos e observar suas mudanças e permanências em relação à sexualidade e às identidades de gênero. Quais as crenças de professores/as e alunos/as acerca dessas questões e como as pessoas que não se identificam com a norma heterossexual tem enfrentado o preconceito e a homofobia neste espaço?

Já é lugar comum que a escola, enquanto instituição social e histórica precisa ser repensada. Isso se deve, entre vários outros aspectos, à lógica que organiza o espaço escolar e, possivelmente, aos seus desdobramentos que atualmente tem sido foco de várias análises por grupos de pesquisadores/as que procuram compreender os mecanismos que a engendram.

A participação nessa pesquisa, devolveu-me a possibilidade da escuta e do diálogo, principalmente, com as vozes que muitas vezes são silenciadas na escola: a dos/as alunos/as. Era evidente entre estes/as, o desejo em falar de algo que desperta tanto interesse e curiosidade, e que muitas vezes não podem porque desorganiza os princípios lógicos de suas aulas, ou porque fere aos princípios cristãos que muitos trazem como código moral tácito.

Ouvir os/as professores/as também foi muito gratificante, sobretudo por observar o esforço destes/as em fazer do espaço escolar um lugar pautado na liberdade e no respeito às diferenças. Ao colocar a sua prática a serviço de uma sociedade mais justa e democrática onde se reconhece e se valoriza os direitos humanos. O que não quer dizer com isso que a escola seja um lugar livre de preconceitos e discriminações.

Os resultados apresentados revelaram que a escola, assim como outras instituições sociais, apresenta-se como palco de graves tensões e violência contra homossexuais. Embora não tenha havido nenhum relato de violência física, ainda é presente neste espaço práticas

homofóbicas como ofensas, ameaças, segregação, piadinhas e silenciamento que também se configuram como uma violação à pessoa humana.

Conhecer os desdobramentos dessa violação mediante o trabalho clínico de psicólogos/as ajudou a interpretar estes resultados e observar de que forma as vítimas de preconceito e discriminação tem resistido ou enfrentado situações dessa natureza. Embora se observe que as questões da moral sexual contribuam para reforçar práticas homofóbicas e legitimar a heterossexualidade presumida, os resultados desta pesquisa não causam espanto quando assistimos estarecidos/as noticiários sobre crimes de violência homofóbica no Brasil. Nosso país ocupa a primeira posição em assassinatos da população LGBT (Amaral, 2010, p. 32).

Infelizmente, esta abominável atitude ainda persiste na sociedade moderna. A manifestação homofóbica não representa simples intolerância apenas aos indivíduos vitimados, mas constitui grave ofensa à Constituição Federal que proclama os direitos dos cidadãos e assegura indistintamente as garantias fundamentais de liberdade, igualdade e dignidade.

Considero serem estas reflexões importantes para conhecermos melhor a natureza política de práticas culturais intolerantes que, muitas vezes, continuam a ser perpetuadas pela escola. Digo política, porque compartilho do pensamento de Patto (2003), de que “as ideias não são neutras. Não são meras abstrações que nada devem à realidade em que foram produzidas” (p. 14).

Percebo que o maior desafio da escola talvez seja estimular uma mudança na relação com as pessoas. É lamentável que isto tenha que acontecer por decretos. Entretanto, é preciso corrigir algumas distorções que foram historicamente produzidas, como no caso específico desta pesquisa, o silenciamento da homossexualidade.

Não se trata, portanto, de evocar o aspecto redentor da escola, nem tão pouco de apelar para a virtude ou para o heroísmo de cada um. O mais importante é reconhecer a extrema dificuldade em aceitar espontaneamente as diferenças e trabalhar neste aspecto, no intuito de romper com o círculo de práticas sociais já consagradas, que reproduzem as desigualdades e que são mantidas secularmente no âmbito do espaço escolar.

Referências

- Amaral, M. M. S. (2010). O Brasil e a homoafetividade. *Revista Jurídica Consulex*, (323), 31-32.
- Barcellos, C., & Merhi, B. L. (2010). Homofobia e Preconceito – uma porta de entrada para o assédio moral nas empresas. *Revista Jurídica Consulex*, (326), 48-49.
- Bernardet, C. J. (2001). Homossexuais - Ser ou não ser é a questão. Em J. Pinsky (Org.), *12 faces do Preconceito* (pp. 29-35). São Paulo: Contexto.
- Branco. A. M. C. U. A., & Oliveira, M. C. S. L. (2012). Diversidade e cultura da paz: a integração necessária. Em M. C. S. L. Oliveira, & A. M. C. U. A. Branco (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 11-17). Porto Alegre: Mediação.
- Brasil sem Homofobia. (2004). Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde.
- Costa. F. J. (1999). Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Retirado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Creswell, J. W. (2010). Métodos qualitativos. Em J. W. Creswell (Org.), *Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (pp. 206-237). Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1991). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- González, Rey, F. (2002). *Pesquisa Qualitativa e Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Graña, B. R. (2001). É a homossexualidade um problema clínico? Em B. R. Graña (Ed.), *Homossexualidade: discussões jurídicas e psicológicas* (pp. 157-167). Curitiba: Juruá.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). Goiás – Luziânia. Retirado em 9 outubro, 2013, de <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521250>
- Junqueira, R. D. (2009). Homofobia nas Escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Orgs.), *Diversidade Sexual na Educação*. (p. 26) Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: UNESCO.
- Leme, A., Megale, B. Giffoni, C., Melo, C. & Coura, K. (2013). A revelação pública de Daniela. Revista *Veja* nº 15, 68-75.
- Lionço, T., & Diniz D. (2009). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. Em T. Lionço & D. Diniz (Orgs), *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: UnB.
- Louro, G. L. (2000). *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2008). *Um corpo estranho. ensaios sobre sexualidade queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2011). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Madureira, A. F. A. (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, Sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. Em A. L. Galinkin, & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: interface* (pp. 31- 64). Brasília: Tecnopolik.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). *Identidades sexuais não hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23 (1), 81- 90.

- Marinho, A. T. (2009). Os caminhos da Identidade em um mundo multicultural. *Revista Fórum*, 5, 81-107.
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais: 5ª a 8ª séries*. Brasília: MEC/SEF
- Minayo, M. C. S. (2012). O Desafio da Pesquisa Social. Em M. C. S. Minayo (Orgs.), *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Motta, P. A. M. (2010). Homoparentalidade e superação de preconceitos. *Revista Jurídica Consulex*, (323), 29-30.
- Mott, L. (1986) Escravidão e homossexualidade. Em R. Vainfas (Org.), *História e sexualidade no Brasil* (pp. 19-40). Rio de Janeiro: Graal.
- Oliveira, R. F. (2011). *HOMOSSEXUALIDADE uma visão mitológica, religiosa, filosófica e jurídica*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Oliveira, G. Korte, J., & Coronato, M. (2013, abril). Depois daquele beijo. *Revista Época*, (776), 72-79.
- Patto, M. H. S. retirado do site. Cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf
- Parker, R. G. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller
- Qual é a cura para Marco Feliciano? (2013, julho). Edição Especial *Época*, (787), 09-10.
- Reis, T. (2010). Política de Direitos Humanos Para LGBT. *Revista Jurídica Consulex*, (323), 36-37.
- Resolução n. 17, de 1989. (1989). Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília, DF. Retirado em 9 outubro, 2013, de <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/RegimentoInternoatRCD312013.pdf>

Resolução do CFP n. 001 de 1999. (1999). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, DF. Retirado em 9 outubro, 2013, de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

Secretaria de Direitos Humanos (2011) Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Retirado em 9 outubro, 2013, de <http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/brasilsem/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-o-ano-de-2011>

Scott, J. (2007). Gênero: uma categoria útil para análise histórica (C. R. Dabat, & M. B. Á. Trads.). Retirado em 9 outubro, 2013, de <http://www.disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/modresource/content/1/g%C3%AAnerojoan%20scott.pdf>

Vainfas, R. (1992). *Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Editora Àtica.

Weeks, J. (2000). O corpo e a sexualidade. Em Louro. L. G. *O corpo Educado – Pedagogias da sexualidade* (pp. 37- 80). Belo Horizonte: Autêntica.

ANEXOS

Anexo 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Referente às entrevistas com professores do Ensino Médio

Homofobia no contexto escolar

Instituição das pesquisadoras:
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Professora orientadora/Pesquisadora responsável:
Professora Doutora Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora auxiliar:
Ângela Márcia Ramos

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado(a) a participar.

- Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.
- Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é analisar as concepções e crenças de professores/as e alunos/as de Ensino Médio sobre diversidade sexual e de gênero no contexto escolar.
- Você está sendo convidado/a a participar exatamente por ser um/a professor/ade Ensino Médio.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder às perguntas de um roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora. A entrevista será gravada em áudio a fim de facilitar a sua análise posteriormente.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui “baixo risco”, inerente ao procedimento de entrevista.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre a diversidade sexual e de gênero.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora auxiliar com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade. O material será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho serão apresentados em discussões acadêmicas na instituição da qual faz parte a pesquisadora auxiliar, entretanto, ela mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, _____ RG _____,
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, ____ de _____ de _____

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira, celular (61) 9658-7755
Pesquisadora responsável

Ângela Márcia Ramos, celular: (61) 9955 - 9235
Pesquisadora auxiliar

Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, com o código _____ (ex: CAAE 0001/06) em ____/____/____, telefone 39661511, email comitê.bioetica@uniceub.br.

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Referente aos questionários que serão respondidos pelos professores do Ensino Médio

Homofobia no contexto escolar

Instituição das pesquisadoras:
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Professora orientadora/Pesquisadora responsável:
Professora Doutora Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora auxiliar:
Ângela Márcia Ramos

- Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado(a) a participar.
- Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.
- Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é analisar as concepções e crenças de professores/as e alunos/as de Ensino Médio sobre diversidade sexual e de gênero no contexto escolar.
- Você está sendo convidado/a a participar exatamente por ser um/a professor/ade Ensino Médio.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder às perguntas de um questionário elaborado pela pesquisadora.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui “baixo risco”, inerente ao procedimento de aplicação de questionário.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre a diversidade sexual e de gênero.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (o questionário) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora auxiliar com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade. O material será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho serão apresentados em discussões acadêmicas na instituição da qual faz parte a pesquisadora auxiliar, entretanto, ela mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, _____ RG _____,
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, _____ de _____ de _____

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira, celular (61) 9658-7755
Pesquisadora responsável

Ângela Márcia Ramos, celular: (61) 9955 - 9235
Pesquisadora auxiliar

Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, com o código _____ (ex: CAAE 0001/06) em ____/____/____, telefone 39661511, email comitê.bioetica@uniceub.br.

Anexo 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Referente aos questionários que serão respondidos pelos alunos/as do Ensino Médio

Homofobia no contexto escolar

Instituição das pesquisadoras:
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Professora orientadora/Pesquisadora responsável:
Professora Doutora Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora auxiliar:
Ângela Márcia Ramos

Senhores pais, seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa referente a um trabalho acadêmico, para efeito de conclusão do Curso de Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. O objetivo deste estudo é identificar as concepções e crenças de professores/as e alunos/as do Ensino Médio, sobre diversidade sexual e de gênero no contexto escolar. A participação do(a)seu(sua) filho(a) se restringe a responder um questionário anônimo (não há necessidade de se identificar)elaborado pela pesquisadora e alunada referida instituição.

Obrigada pela sua colaboração!

- Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que seu(sua) filho(a) está sendo convidado(a) a participar.
- Antes de decidir se deseja autorizar a participação do(a) seu(sua) filho(a) (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida autorizar a participação do(a) seu(sua) filho(a), você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.
- Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é analisar as concepções e crenças de professores/as e alunos/as de Ensino Médio sobre diversidade sexual e de gênero no contexto escolar.
- O(a) seu(sua) filho(a)está sendo convidado/a a participar exatamente por ser um/a aluno/a de Ensino Médio.

Procedimentos do estudo

- A participação consiste em responder às perguntas de um questionário elaborado pela pesquisadora.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui “baixo risco”, inerente ao procedimento de aplicação de questionário.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, o(a) seu(sua) filho(a) não precisa realizá-lo.
- A participação do(a) seu(sua) filho(a) poderá ajudar no maior conhecimento sobre a diversidade sexual e de gênero.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- A participação é voluntária. O(a) seu(sua) filho(a) não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- O(a) seu(sua) filho(a) poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você e seu(sua) filho(a) não receberão nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Os dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as informações (questionário respondido) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora auxiliar com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade. O material será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho serão apresentados em discussões acadêmicas na instituição da qual faz parte a pesquisadora auxiliar, entretanto, ela mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, _____ RG _____,
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, _____ de _____ de _____

Responsável pelo(a) aluno(a): _____

Ana Flávia do Amaral Madureira, celular (61) 9658-7755

Pesquisadora responsável

Ângela Márcia Ramos, celular: (61) 9955 - 9235

Pesquisadora auxiliar

Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, com o código _____ (ex: CAAE 0001/06) em ____/____/____, telefone 39661511, email comitê.bioetica@uniceub.br.

Anexo 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Referente às entrevistas com psicólogos/as clínicos/as

Homofobia no contexto escola

Instituição das pesquisadoras:
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Professora orientadora/Pesquisadora responsável:
Professora Doutora Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora auxiliar:
Ângela Márcia Ramos

- Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado(a) a participar.
- Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.
- Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é analisar as concepções e crenças de professores/as e alunos/as de Ensino Médio, sobre diversidade sexual e de gênero no contexto escolar.
- Você está sendo convidado/a a participar desse estudo por ser um/a profissional da área de psicologia clínica e por acreditarmos que a sua experiência profissional possa enriquecer as nossas análises sobre questões relativas à diversidade sexual e de gênero.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder às perguntas de um roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora. A entrevista será gravada em áudio a fim de facilitar a sua análise posteriormente.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui “baixo risco”, inerente ao procedimento de entrevista.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar no sentido de enriquecer as nossas análises sobre questões relativas à diversidade sexual e de gênero, a partir da perspectiva da psicologia clínica.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora auxiliar com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade. O material será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho serão apresentados em discussões acadêmicas na instituição da qual faz parte a pesquisadora auxiliar, entretanto, ela mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, _____ RG _____,
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, _____ de _____ de _____

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira, celular (61) 9658-7755
Pesquisadora responsável

Ângela Márcia Ramos, celular: (61) 9955 - 9235
Pesquisadora auxiliar

Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília –
CEP/UnICEUB, com o código _____ (ex: CAAE 0001/06) em ____/____/____, telefone 39661511,
email comitê.bioetica@uniceub.br.

Anexo 5: Roteiro de Entrevista referente às entrevistas com professores do Ensino

Médio

1. Na sua opinião, você considera que o/a professor/a exerce um papel preponderante na formação de seus alunos? (Se a resposta for afirmativa), de que maneira?
2. Você acredita que sua postura diante dos fatos influencia a maneira de pensar de seus/as alunos/as? Como?
3. Em sua prática educacional, você já teve que lidar com algum tema relacionado à sexualidade? Como foi essa experiência para você?
4. Você considera que o/a professor/a, independentemente da disciplina que leciona, tem algum papel na educação sexual dos seus alunos? Se sim, qual seria este papel?
5. Na sua experiência profissional, você já percebeu entre os seus/as alunos/as algum/a que tivesse uma orientação sexual diferente heterossexualidade (gay, lésbica, bissexual, transexual)? Como você identificou esse comportamento?
6. Como você trabalha com turmas de adolescentes, temas sobre a sexualidade, provavelmente, em algum momento já compareceram em suas aulas. Você tem algum exemplo que poderia me apresentar? Normalmente, como você lida com essas situações?
7. Normalmente, que instrumentos ou estratégias pedagógicas você utiliza para abordar esses temas?
8. Você teria dificuldades em lidar com questões dessa natureza? Por quê?
9. Você já presenciou alguma cena em seu exercício profissional em que um aluno/a ou colega de profissão fosse discriminado ou sofresse preconceito por ser homossexual? (Se a resposta for afirmativa), como foi isso pra você?
10. Você tem algum conhecimento de que algum/a aluno/a tenha deixado de estudar por não se sentir aceito no espaço escolar em razão de sua orientação sexual?
11. Você já presenciou algum/a aluno/a sendo vítima de piadinhas homofóbicas no espaço escolar, devido sua orientação sexual? Se a resposta for afirmativa, como você lidou com esta situação?
12. Você sente necessidade em seu exercício profissional de mais informações para lidar com as questões de gênero e sexualidade?
13. Você gostaria de acrescentar algo?

Obrigada pela colaboração!

Anexo 6: Questionário para a coleta de dados sociodemográficos, seguido de questionário sobre concepções e crenças de professores/as em relação às questões de gênero e sexualidade.

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

- 1) **Sexo:** () Feminino () Masculino
- 2) **Idade:** _____ anos.
- 3) **Nível de Escolaridade:**
 () Ensino superior completo
 Qual curso superior ? _____
 () Pós-graduação incompleta
 () Pós-graduação completa
 Qual pós-graduação? _____
- 4) **Renda Familiar:**
 a.() menos do que 5 salários mínimos
 b.() de 5 a 10 salários mínimos
 c.() de 10 a 15 salários mínimos
 d.() mais de 15 salários mínimos.
- 5) **Religião:**
 () Católica () Evangélica () Espírita () Não tenho religião
 () Outra: _____ (Especificar)
- 6) **Disciplina(s) que leciona:** _____
- 7) **Há quanto tempo trabalha como professor(a):**

QUESTÕES RELACIONADAS À SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

- 8) **Em sua formação profissional, você recebeu alguma orientação sobre como lidar com questões relacionadas à sexualidade?**
 () Sim () Não
- 9) **Na sua opinião, você acha que a escola deve realizar um trabalho de educação sexual?**
 () Sim () Não () Não sei
- 10) **Você considera que discussões sobre sexualidade no espaço escolar:**
 a.() Não deveriam acontecer pois não é essa a função da escola, mas sim da família e das campanhas do governo.
 b.() Não deveriam acontecer, pois discussões dessa natureza podem estimular aos alunos a começarem mais cedo a ter relações sexuais.
 c.() Deveriam acontecer pois a escola enquanto instituição social também é responsável por promover esclarecimentos sobre estas questões.
 d.() Poderiam acontecer, mas sem enfatizar demais o assunto para não estimular a iniciação sexual dos alunos.
 e.() Não sei
 f.() Outra resposta (Especificar):

-
-
- (11) Durante sua atuação como professor(a), você já participou de algum projeto ou atividade voltada à educação sexual na sua escola?

☐ Sim ☐ Não

Caso houvesse um trabalho nesse sentido, você gostaria de participar?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Por quê?

- (12) Na sua experiência profissional, você já lidou com questões relacionadas às orientações sexuais (homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade)?

☐ Sim ☐ Não

(13) Como você se sentiu com relação a isso?

a.() Numa posição totalmente confortável, afinal, essa é uma possibilidade da sexualidade humana.

b.() Numa posição confortável, afinal, essa é uma possibilidade da sexualidade humana.

c.() Desconfortável, não sei lidar com estas questões.

d.() Absolutamente desconfortável, não sei lidar com estas questões.

e.() Nunca parei para pensar sobre o assunto.

- (14) Você já presenciou alguma situação, em sala de aula ou no recreio, em que um (a) aluno (a) foi alvo de gozação por parte de colegas por apresentar comportamentos que não são considerados “culturalmente” adequados em relação ao seu sexo?

☐ Não ☐ Sim/Nesse caso como foi?

(15) Na sua opinião, a homossexualidade:

a.() É genética

b.() A pessoa já nasce assim

c.() É aprendida, ou seja, depende das experiências de vida da pessoa.

d.() É uma escolha, ou seja, a pessoa opta por ser homossexual.

e.() É genética e aprendida, ou seja, é o resultado da interação entre genética e as experiências vividas pela pessoa.

f.() Não sei.

g.() Outra resposta (Especificar):

- (16) Atualmente a homossexualidade é um assunto que tem sido muito discutido nos meios de comunicação e principalmente nas redes sociais. Se durante uma aula, um de seus alunos lhe perguntasse “professora, homossexualidade, afinal, o que é? Você lhe diria entre outras coisas, que:

a.() É uma questão de opção da pessoa, uma escolha como qualquer outra.

b.() É uma das várias possibilidades de vivência da própria sexualidade.

c.() É uma condição desviante que deveria ser tratada por especialistas.

d.() É uma questão que deve ser aceita, mas que você faria tudo para evitar que seu filho(ou filha) fosse homossexual.

e.() Homossexualidade não é considerada doença, é mais uma questão de moral, sendo importante orientar as pessoas para ajudá-las a não se deixarem levar.

f.() Outra resposta (Especificar):

(17) Se você escutasse um comentário de crítica à homossexualidade durante suas aulas, como você acha que reagiria?

- a.**(☐) Fingiria que não escutou, pois esse assunto é muito polêmico e não diz respeito à sua disciplina.
- b.**(☐) Diria ao aluno que os homossexuais também devem ser respeitados em suas escolhas.
- c.**(☐) Aproveitaria o momento para discutir a questão com a turma.
- d.**(☐) Indagaria o porquê da crítica com o propósito de entender seu posicionamento.
- e.**(☐) Pediria a esse aluno que fez a crítica para não levantar mais esse tipo de assunto durante as suas aulas.

Anexo 7: Questionário para estudantes de Ensino Médio

QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES

Bom Dia!

Antes de responder este questionário, leia atentamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido na página anterior. Se estiver de acordo em participar desta pesquisa, por favor responda às seguintes questões. Você é livre para participar ou não. Esse questionário é anônimo (você não deve se identificar) e não existem respostas certas ou erradas. Você deve responder com sua opinião sincera.

Obrigada!

DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS:

- 1) **Sexo:** () Feminino () Masculino
- 2) **Idade:** _____ anos.
- 3) **Religião:**
 () Católica () Evangélica () Espírita () Não tenho religião
 () Outra: _____ (Especificar)

QUESTÕES RELACIONADAS À SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

- 4) **Sua escola tem algum projeto de educação sexual?**
 () Não.
 () Sim. Como é?

- 5) **Você já teve alguma discussão sobre sexualidade nas aulas da sua escola?**
 () Não
 () Sim. Em que matéria?

Se sim, como você se sentiu?

- a. () Com vergonha. Ficou sem-graça por causa dos colegas e do (a) professor (a).
- b. () Com raiva. Esse assunto não deve ser falado na escola.
- c. () Indiferente. Não se importou com a discussão.
- d. () Bem. Você aprendeu coisas novas.

- 6) **Você acha importante que temas da sexualidade sejam abordados nas aulas?**
 () Não.
 () Sim. Por quê?

- 7) **Na escola, você já teve algum colega de turma que tivesse comportamentos típicos do sexo oposto?**

- () Não.
() Sim.

Se sim, como foi essa experiência?

- a.() Boa. Aprendeu a relacionar-se com pessoas diferentes.
b.() Indiferente. Não interferiu na sua relação com ele (a).
c.() Ruim. Você se sentiu constrangido ou com raiva com a presença dele(a).

8) O que você acha que é a homossexualidade?

- a.() Uma questão de escolha, uma opção da pessoa.
b.() Uma de muitas possibilidades de viver a sexualidade.
c.() Uma doença que deve ser tratada.
d.() Uma questão que deve ser aceita, mas que você faria tudo para evitar que seu filho (a) fosse homossexual.
e.() Uma questão de aceitação, mas que você faria de tudo para evitar que alguém da sua família fosse homossexual.
f.() Uma questão moral e deve-se orientar a pessoa homossexual, para ajudá-la a não se deixar levar.
g.() Outra:
-

9) Você acha que o principal motivo de uma pessoa ser homossexual é:

- a.() Algum transtorno genético.
b.() Já nasce com a pessoa.
c.() Influência do meio em que a pessoa vive.
d.() Uma escolha da pessoa.
e.() Outro: _____

10) Você tem algum amigo ou familiar que é homossexual?

- () Não
() Sim.

Se sim, como você se sente com relação a isso?

- a.() Bem. Acha que o fato de ele (a) ser homossexual faz bem a essa pessoa.
b.() Indiferente. Não interfere em sua relação com ele (a).
c.() Mal. Sente vergonha ou gostaria que ele(a) não fosse homossexual.

11) Você já presenciou alguma cena em que uma pessoa homossexual fosse discriminado(a) na sua escola?

- () Não.
() Sim.

Se sim, qual foi sua reação?

- a.() De defesa da pessoa.
b.() Indiferente. Não participou da cena.
c.() Apoiou quem criticava essa pessoa.

12) Quais são as formas mais fortes de discriminação contra uma pessoa homossexual? (Marque 3 opções em ordem de intensidade, de 1 a 3).

- EXEMPLO: 1. Baixa intensidade**
2. Média intensidade
3. Alta intensidade

- a.() Comentário agressivo diretamente.
b.() Comentário agressivo pelas costas.
c.() Piadas.

- d.() Apelidos.
e.() Isolamento ou evitação.
f.() Violência física.

13) Você já presenciou alguma atitude preconceituosa de professor (a) com relação à homossexualidade?

- () Não
() Sim. Como foi?

14) Você conhece algum colega que interrompeu os estudos por ter sofrido preconceito ou discriminação em relação à sua sexualidade, no espaço escolar?

- () Sim () Não

15) Você conhece algum colega que tenha uma orientação sexual diferente da maioria (homossexual, bissexual), que tenha um jeito diferente dos colegas do seu sexo, e, por essa razão tenha sido vítima de preconceito na escola?

- () Não () Sim / Como foi?


Obrigada pela sua participação!

Anexo 8: Roteiro de Entrevista referente a entrevista com Psicólogos/as Clínicos/as

1. Inicialmente, gostaria que você me falasse um pouco sobre a sua linha de trabalho na área de psicologia clínica.
2. Você considera que em sua formação profissional houve uma preocupação em prepará-lo/a para lidar com as questões de gênero, sexualidade e diversidade? Por quê?
3. Em sua opinião, qual é o papel da psicologia clínica em relação à questão das orientações homoafetivas? Como você lida com esta questão no seu cotidiano profissional?
4. Em sua trajetória profissional, você tem recebido muitas demandas referentes ao sofrimento psíquico vivenciado por adolescentes, em razão de questões dessa natureza (gênero, sexualidade e diversidade)? Em caso afirmativo, o que mais tem sido trazido como relato por parte de adolescentes?
5. De maneira geral, esses/as adolescentes sentem mais dificuldades em se assumirem como homossexuais por temerem, por exemplo, a reação da família ou da sociedade em geral (amigos/as, professores/as, etc.)? Ou seriam outras questões? Qual a sua opinião?
6. Entre a clientela de adolescentes que você já atendeu, algum deles já trouxe a possibilidade de ideação suicida por não se sentir compreendido em relação à sua orientação sexual ou a forma como vivencia a sua identidade de gênero? (Se a resposta for afirmativa, como você lidou com esta situação?)
7. Você já recebeu em seu consultório algum/a adolescente que tenha sido vítima de atitude homofóbica na escola, ou seja, que tenha sofrido violência física ou simbólica no espaço escolar? Em caso afirmativo, descreva essa situação.
8. Normalmente, quais têm sido as estratégias de enfrentamento que esses adolescentes têm utilizado para lidar com a homofobia no contexto escolar?
9. Você gostaria de acrescentar algo?

Obrigada pela colaboração!

Anexo 9: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div> <p>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB</p> </div> <div>  </div> </div>												
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP												
<p>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</p> <p>Título da Pesquisa: Homofobia no contexto escolar: desafios na construção de uma cultura da paz</p> <p>Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira</p> <p>Área Temática:</p> <p>Versão: 1</p> <p>CAAE: 21140313.8.0000.0023</p> <p>Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB</p> <p>Patrocinador Principal: Financiamento Próprio</p> <p>DADOS DO PARECER</p> <p>Número do Parecer: 396.975</p> <p>Data da Relatoria: 06/09/2013</p> <p>Apresentação do Projeto:</p> <p>O projeto apresenta o seguinte resumo: tem como objetivo geral analisar de que maneira a escola tem lidado com as questões de gênero, sexualidade e diversidade, com destaque em relação ao preconceito e as práticas discriminatórias que comumente ocorrem no âmbito escolar e se estas práticas têm gerado (ou não) sofrimento por parte daqueles/as que são atingidos fisicamente ou simbolicamente por essas ações. Em termos metodológicos, será utilizada uma metodologia de Investigação qualitativa mediante o preenchimento de questionários por parte de alunos/as e professores/as do Ensino Médio e a realização de entrevistas individuais semiestruturadas com professores e psicólogos clínicos.</p> <p>Objetivo da Pesquisa:</p> <p>Analisar as concepções e crenças de alunos/as e professores/as do Ensino Médio, sobre a diversidade sexual e de gênero no contexto escolar.</p> <p>Avaliação dos Riscos e Benefícios:</p> <p>Os riscos são considerados baixos diante do questionários e entrevista semi-estruturada apresentada. Os benefícios são ligados ao contexto acadêmico dos pesquisadores e a própria possibilidade de reflexão dos professores participantes.</p> <p>Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:</p> <p>A pesquisa está muito bem apresentada e contextualizada.</p>												
<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td colspan="2">Endereço: SEPN 70407 - Bloco 9 - 2º subsolo</td> <td>CEP: 70.790-075</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Bairro: Setor Universitário</td> <td></td> </tr> <tr> <td>UF: DF</td> <td colspan="2">Município: BRASÍLIA</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (61)3066-1200</td> <td>Fax: (61)3066-1511</td> <td>E-mail: comite.bioetica@uniceub.br</td> </tr> </table>	Endereço: SEPN 70407 - Bloco 9 - 2º subsolo		CEP: 70.790-075	Bairro: Setor Universitário			UF: DF	Município: BRASÍLIA		Telefone: (61)3066-1200	Fax: (61)3066-1511	E-mail: comite.bioetica@uniceub.br
Endereço: SEPN 70407 - Bloco 9 - 2º subsolo		CEP: 70.790-075										
Bairro: Setor Universitário												
UF: DF	Município: BRASÍLIA											
Telefone: (61)3066-1200	Fax: (61)3066-1511	E-mail: comite.bioetica@uniceub.br										

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 396.975

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados e estão bem redigidos. Foi muito importante que os pesquisadores tenham apresentado diferentes termos para cada segmento de pesquisados.

Recomendações:

O CEP-UnICEUB ressalta a necessidade de atenção às diretrizes éticas nacionais quanto aos incisos XI.1 e XI.2 da Resolução 466/12 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto. Tal resolução substitui a Resolução CNS n. 196/96.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UnICEUB

http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Formulário de Acompanhamento para Projetos Aprovados.

Conclusões ou Pendências e Lista de inadequações:

Conclui-se pela aprovação do projeto.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado por este CEP, com parecer N° XXX/2013, tendo sido homologado na 15ª Reunião Ordinária do CEP-UnICEUB, em 9 de setembro de 2013.

BRASÍLIA, 16 de Setembro de 2013

Assinador por:

Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador)

Endereço: SEPN 70907 - Bloco 9 - 2º subsolo

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1200

Fax: (61)3966-1511

E-mail: comite.bioetica@uniceub.br

Anexo 10: Resultados dos questionários dos estudantes

Dados sociodemográficos dos estudantes

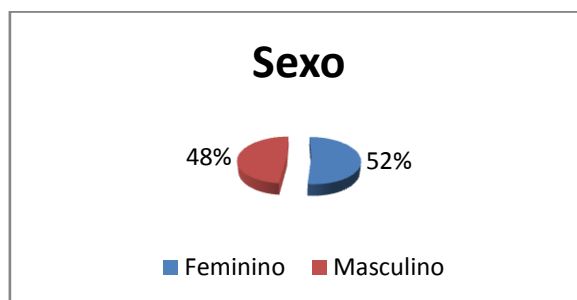


Figura 1. Sexo dos participantes

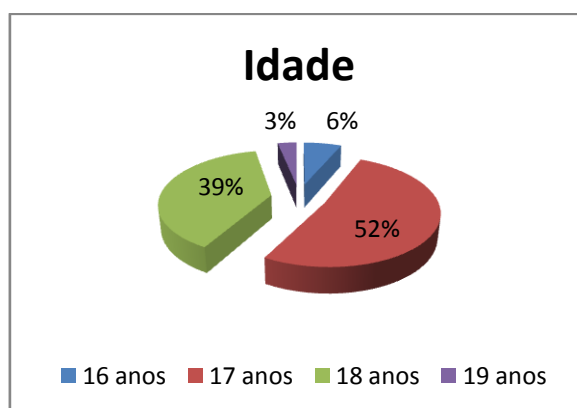


Figura 2. Idade dos participantes

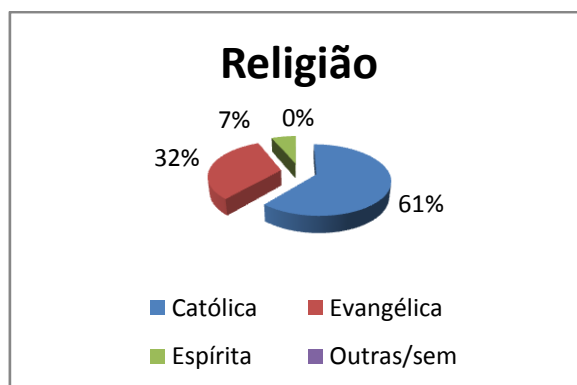


Figura 3. Religião dos participantes

Questões relacionadas à sexualidade no contexto escolar



Figura 4. Sua escola tem algum projeto de educação sexual?

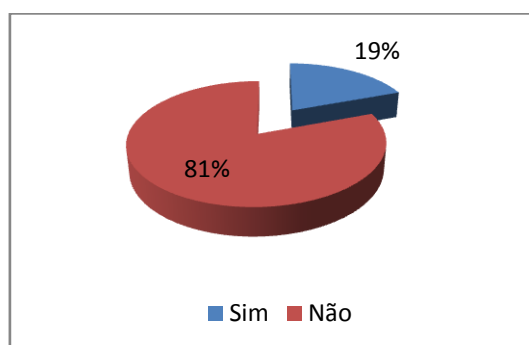


Figura 5. Você já teve alguma discussão sobre sexualidade nas aulas da sua escola?

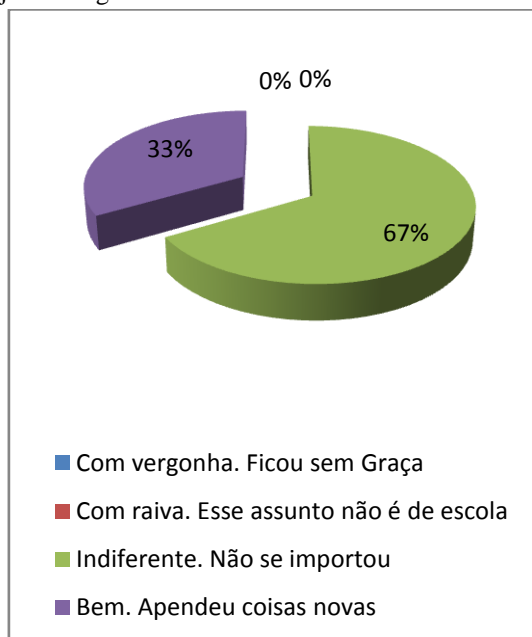


Figura 5. Se sim, como você se sentiu?

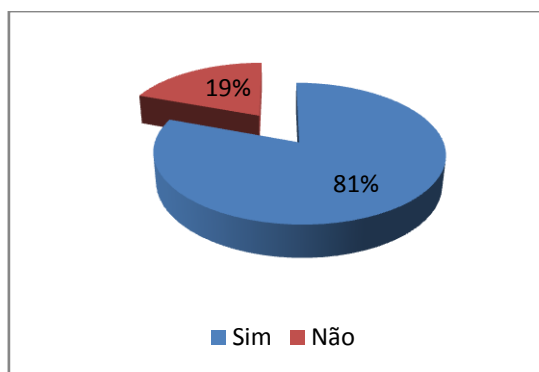


Figura 6. Você acha importante que temas da sexualidade sejam abordados nas aulas?



Figura 7. Na escola você já teve algum colega de turma que tivesse comportamentos típicos do sexo oposto?

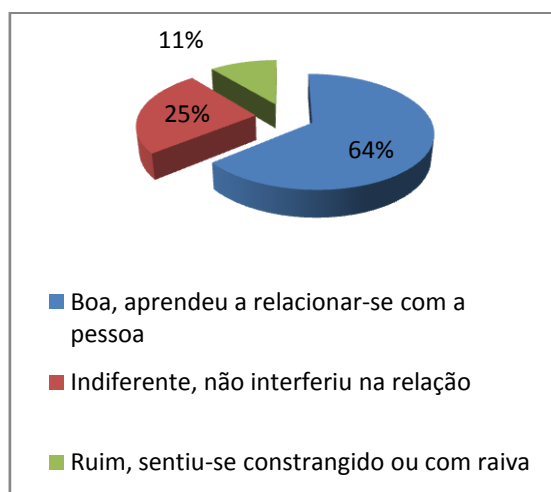


Figura 7. Se sim, como foi essa experiência?

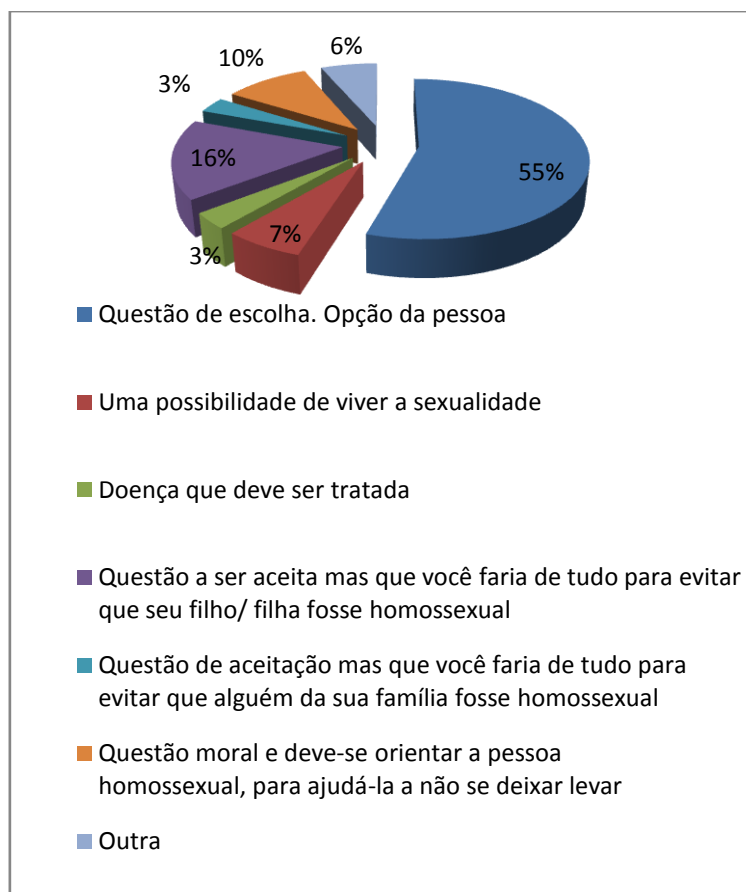


Figura 8. O que você acha que é a homossexualidade?

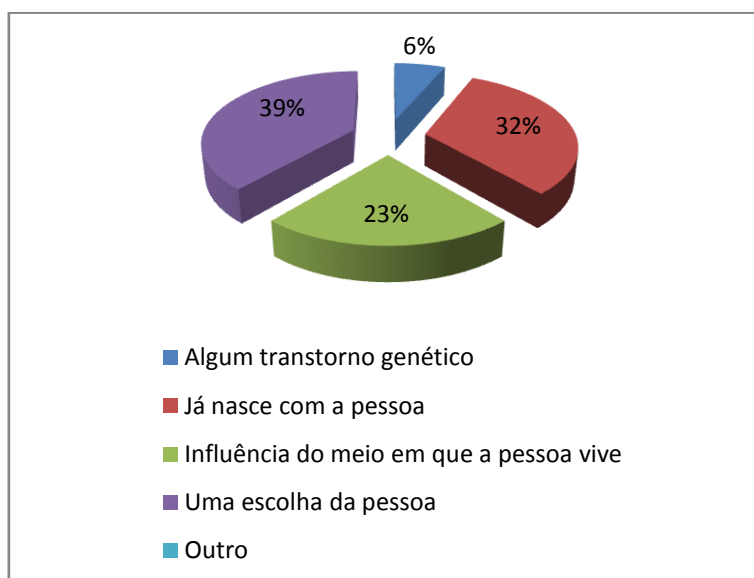


Figura 9. Você acha que o principal motivo de uma pessoa ser homossexual é?

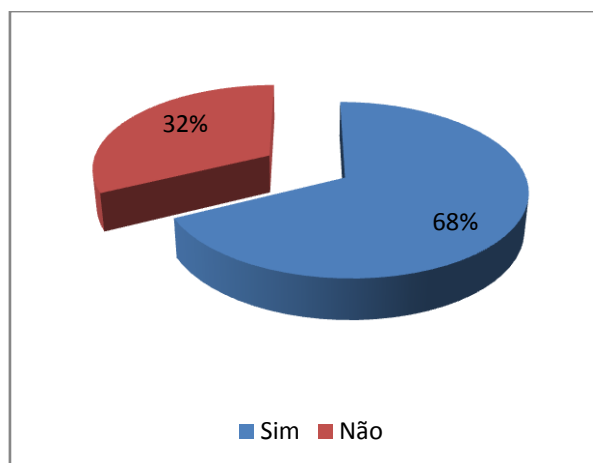


Figura 10. Você tem algum amigo ou familiar que é homossexual?

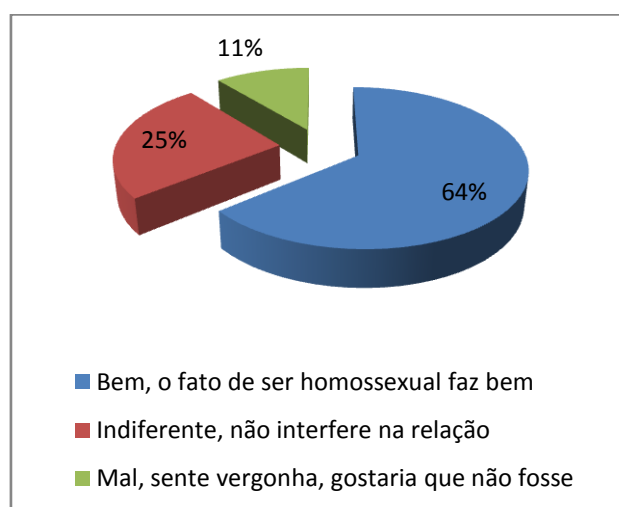


Figura 10. Se sim, como você se sente com relação a isso?

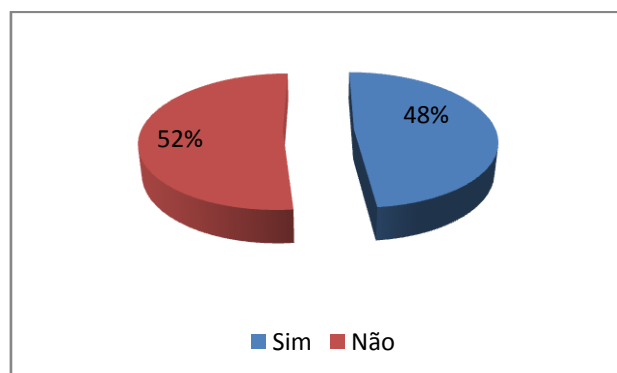


Figura 11. Você já presenciou alguma cena em que uma pessoa homossexual fosse discriminado/a na escola?

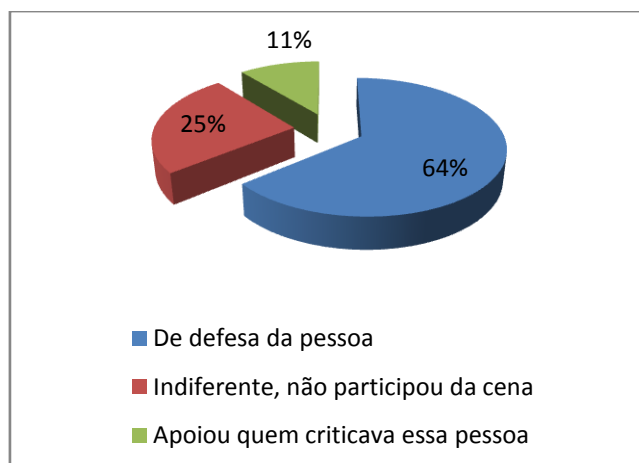


Figura 11. Se sim, qual foi sua reação?

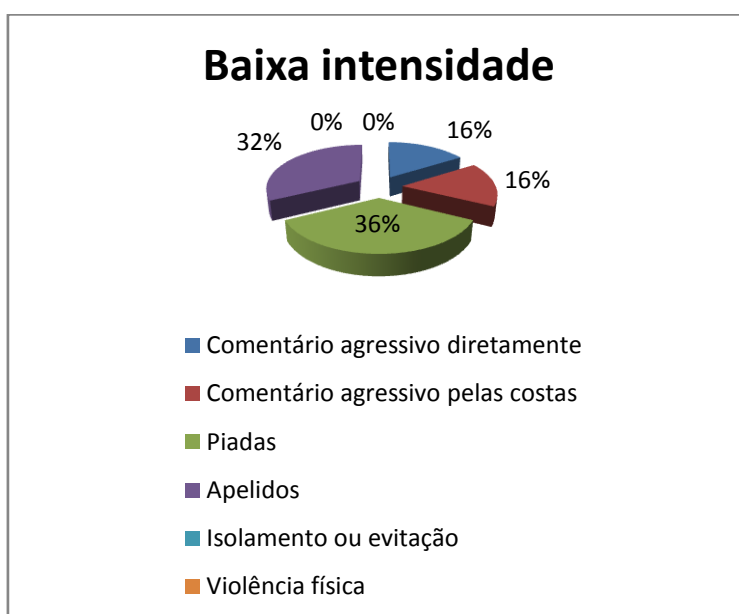


Figura 12. Quais são as formas mais fortes de discriminação contra uma pessoa?

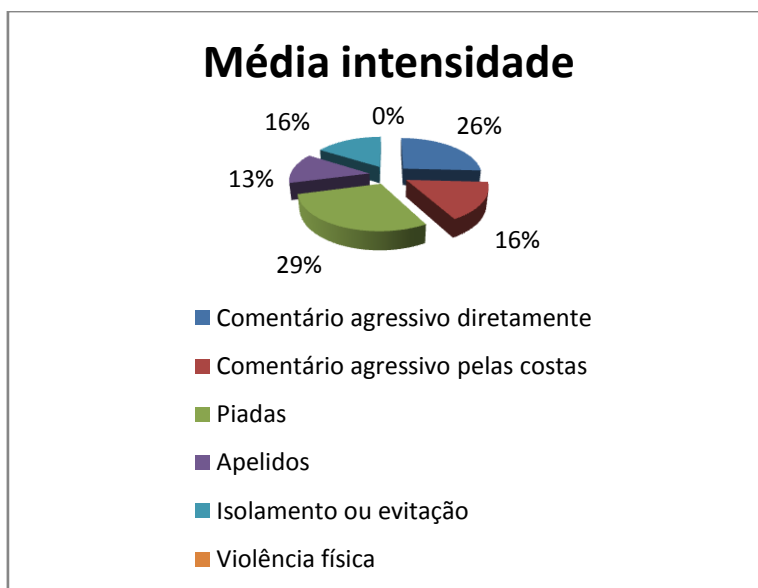


Figura 12. Quais são as formas mais fortes de discriminação contra uma pessoa?

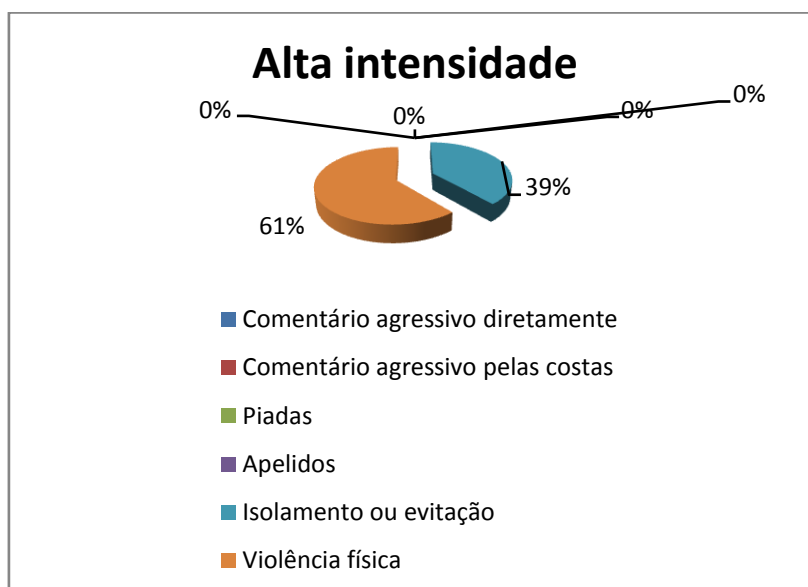


Figura 12. Quais são as formas mais fortes de discriminação contra uma pessoa?



Figura 13. Você já presenciou alguma atitude preconceituosa de professor com relação à homossexualidade?

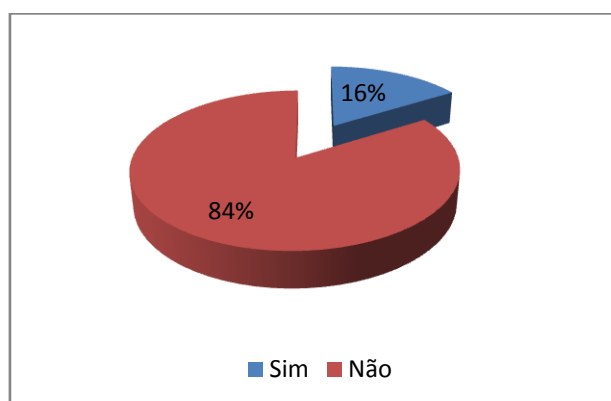


Figura 14. Você conhece algum colega que interrompeu os estudos por ter sofrido preconceito ou discriminação em relação à sua sexualidade no espaço escolar?



Figura 15. Você conhece algum colega que tenha uma orientação sexual diferente da maioria (homossexual, bissexual), que tenha um jeito diferente dos colegas do seu sexo, e, por essa razão tenha sido vítima de preconceito na escola?

Anexo 11: Resultado dos questionários dos/as professores/as

Dados sociodemográficos dos professores/as

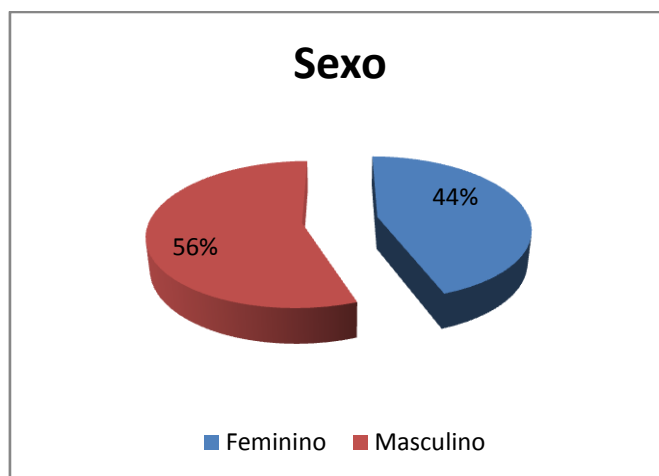


Figura 1. Sexo dos entrevistados

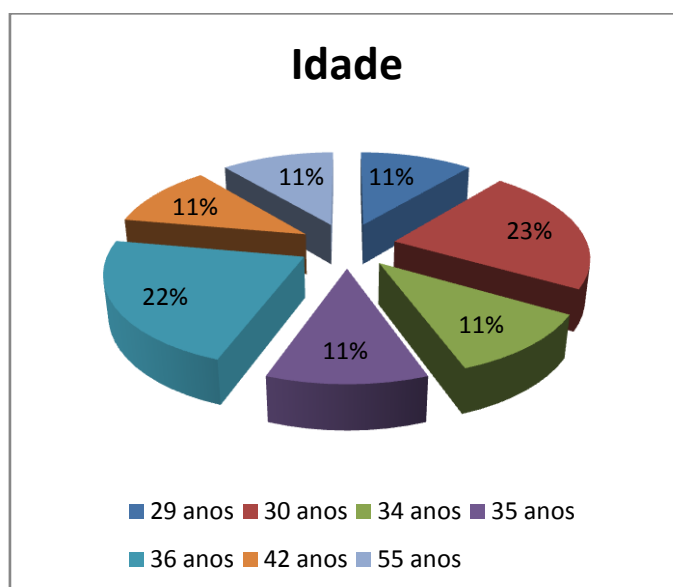


Figura 2. Idade dos entrevistados



Figura 3. Nível de escolaridade dos entrevistados

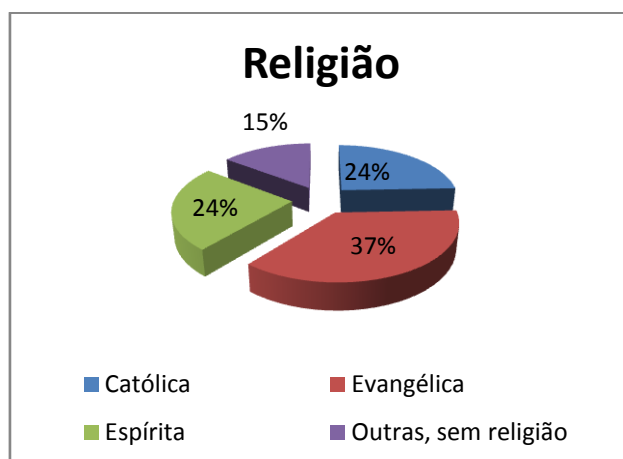


Figura 5. Religião dos entrevistados



Figura 7. Tempo de docência dos entrevistados

Questões relacionadas à sexualidade no contexto escolar

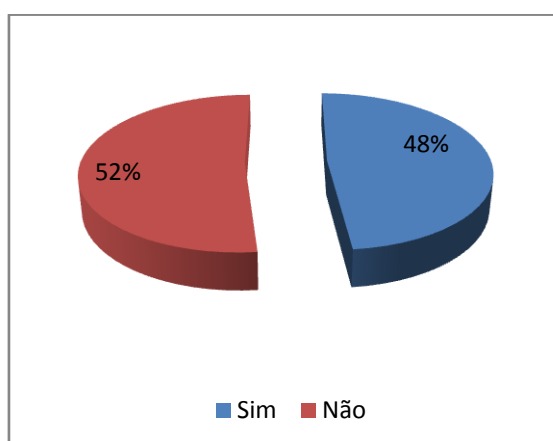


Figura 8. Em sua formação profissional, você recebeu alguma orientação sobre como lidar com questões relacionadas à sexualidade?



Figura 9. Em sua opinião, você acha que a escola deve realizar um trabalho de educação sexual?

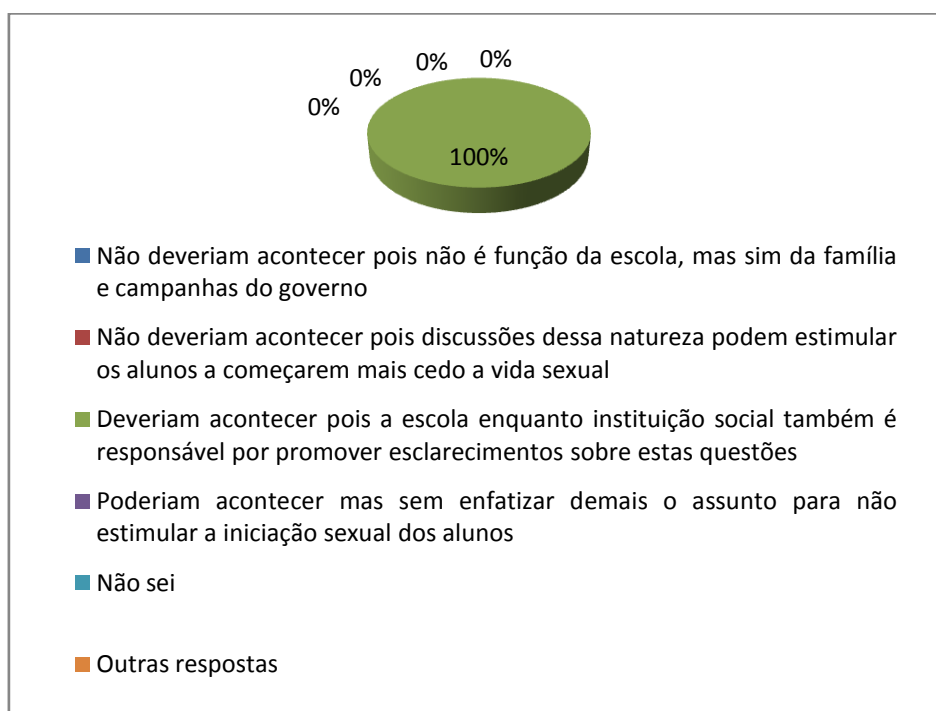


Figura 10. Você considera que discussões sobre sexualidade no espaço escolar:

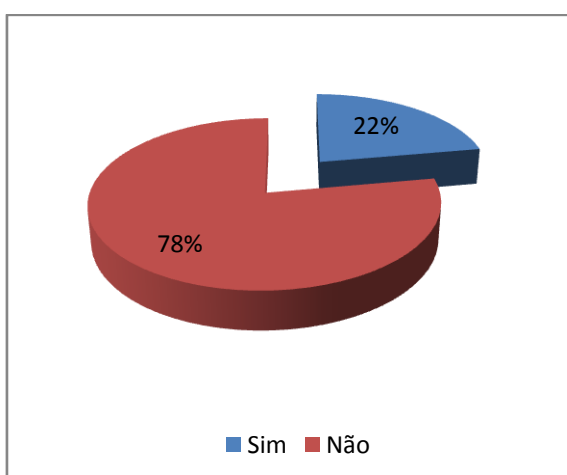


Figura 11. Durante sua atuação como professor (a), você já participou de algum projeto ou atividade voltada à educação sexual na sua escola?



Figura11. Caso houvesse um trabalho nesse sentido, você gostaria de participar?

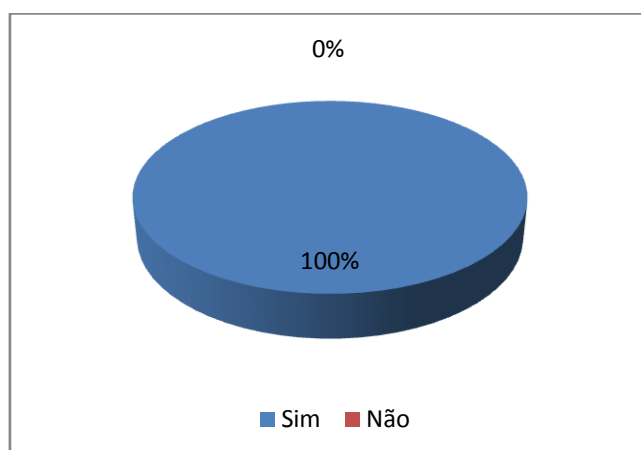


Figura 12. Na sua experiência profissional, você já lidou com questões relacionadas às orientações sexuais (homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade)?

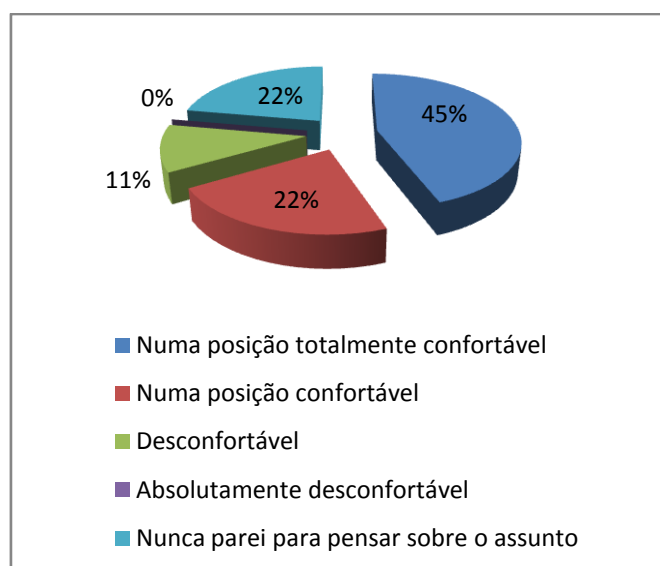


Figura13 . Como você se sentiu em relação à isso?

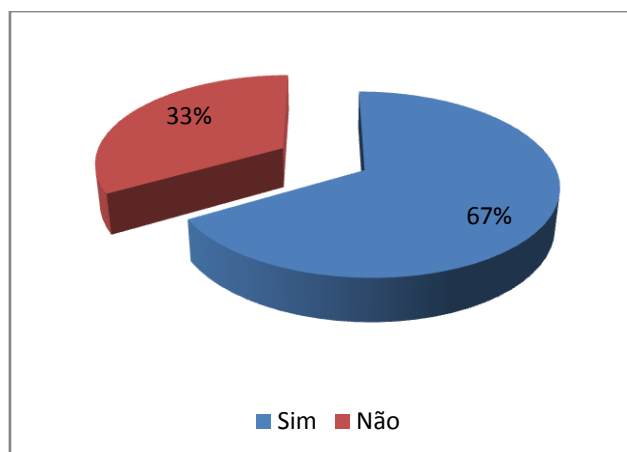


Figura 14. Você já presenciou alguma situação em sala de aula ou no recreio, em que um (a) aluno (a) foi alvo de gozação por parte de colegas por apresentar comportamentos que não são considerados culturalmente adequados em relação ao seu sexo?

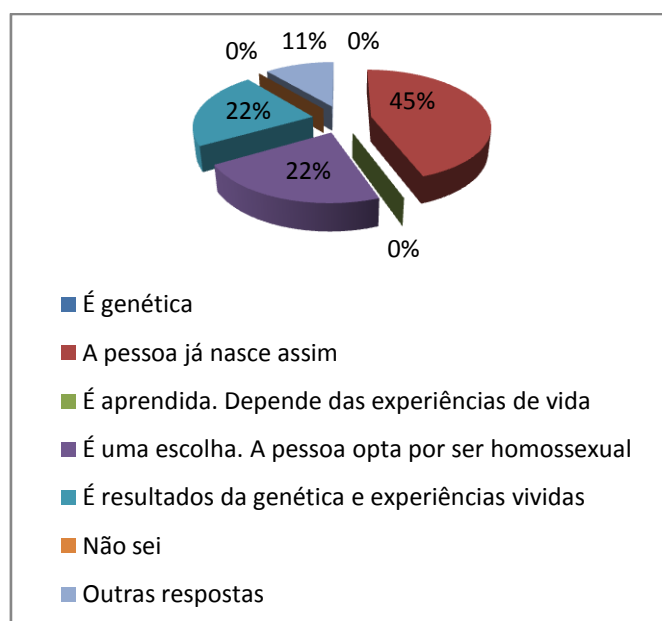


Figura 15. Na sua opinião, a homossexualidade?

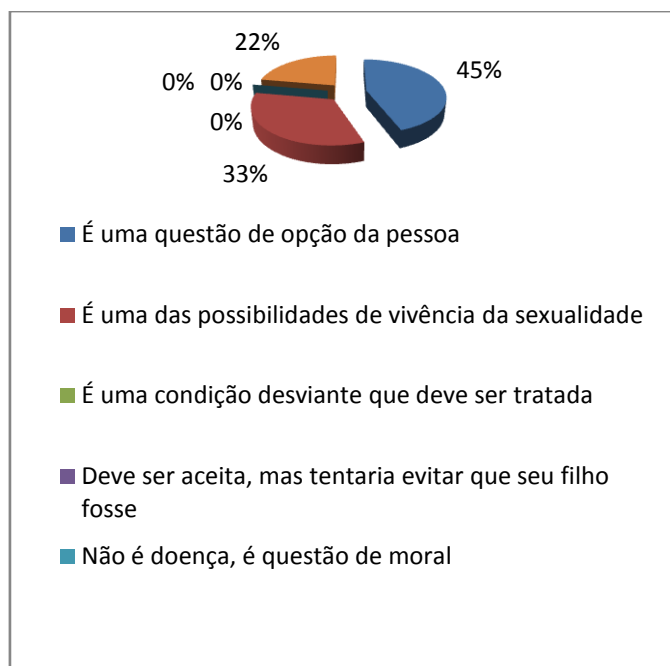


Figura 16. Atualmente a homossexualidade é um assunto que tem sido muito discutido nos meios de comunicação e principalmente nas redes sociais. Se durante uma aula, um de seus alunos lhe perguntasse “professora, homossexualidade, afinal, o que é?” Você lhe diria entre outras palavras que:

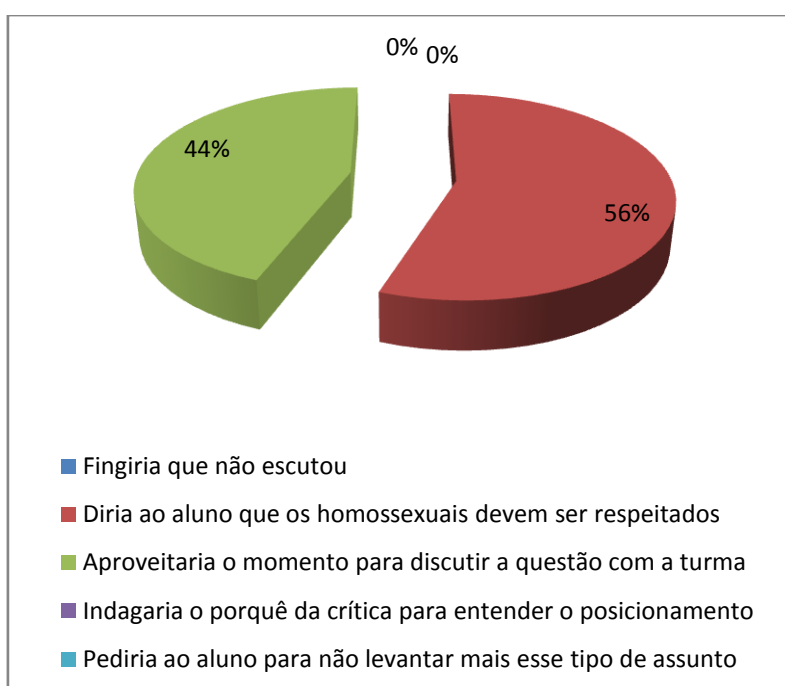


Figura 17. Se você escutasse um comentário de críticas à homossexualidade durante duas aulas, como você acha que reagiria?